



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 61/XIII-4º/2021-25

1 - Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, no Clube Recreativo do Feijó, sito na Rua do Clube Recreativo do Feijó, n.º 9 na Freguesia de Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia: (continuação)

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Provedor Municipal dos Animais de Almada – Plano Anual de Atividades para 2025”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2025”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2025, relativo ao Exercício Económico de 2024”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2025”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2025”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2024 (a cobrar em 2025)”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Wemob, E.M., S.A.”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2025 e Mapa de Pessoal do Município 2025”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento Concurso Limitado por prévia qualificação para celebração de um contrato de gestão de eficiência energética (ESE)”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Emergência Externo (PEE) da Oz Energia”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Roteiro para a Ação Circular 2030”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.16 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Constituição da comunidade intermunicipal de Setúbal. Aprovação da sua constituição respetivo contrato e estatutos”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), de António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) e António José Olaio da Silva (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Pacheco (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS); o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó Luís Filipe Almeida Palma (CDU), solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves (CDU):

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Costa Silva, Rui Pedro Tavares, Lurdes Soares e Teófilo Duarte.

5.2.1 – O Senhor Múncipe João Costa Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, a orquestra está um bocadinho mais desafinada.

Recebi uma carta assinada pelo Senhor Arquiteto Paulo Pais, que me elucida de algumas coisas que eu não sabia. A primeira coisa, é que a minha mulher, que é a senhora que é a titular do edifício, devia ter sido notificada em 22 de maio de 2024. Bem, tinha razão o Senhor Vereador do Pelouro, que me perguntou se não tinha recebido uma carta, e estávamos nas Festas Populares, eu achei que ele estava a brincar. Mas não, a carta existiu, mas não veio parar lá a casa Senhor Vereador. Não, a sua orquestra não afina. Sabe onde foi parar Senhor Vereador? Foi para o arquivo, e tem a numeração 384, e foi numa visita que eu fiz ao processo, que eu descobri isto. Isto tem sentido Senhor Vereador? O que é que você vai fazer a esta senhora, não sei se foi ela que é a Carla Batista, não sei se foi ela que tinha que meter a carta num envelope e mandar. Alguma coisa tem que acontecer, para não brincarmos com esta coisa e com os múnicipes. Eu fico um bocado aborrecido quando a orquestra e também sei música Senhora Presidente, e quando estou com o Maestro, a primeira coisa que ele faz é afinar, você sabe isto. E depois, todos tocamos a mesma coisa. A coisa não pode falhar Senhora Presidente. Falha nesta orquestra e falha tudo. E depois quem paga são os múnicipes.

A notificação devia ser a 5625/24 de 6 de maio de 2024. Agradeço que me mandem essa notificação com toda a documentação porque diz que há um parecer técnico ou jurídico, devidamente assinado e já agora, por favor, ponham o carimbo a óleo que é para nós não termos dúvidas do que vamos receber e que não falta nada.

Depois, Senhora Presidente e Senhor Vereador, temos um técnico que vai visitar a obra, fazer uma vistoria. Imaginem Senhores Deputados e Senhores Membros da Câmara Municipal, a vistoria é feita pela rua, o senhor passa de carro, olha para as barracas e vai para casa e diz que está tudo bem. Ele não vê que não há o acesso ao telhado de acordo com o artigo 63.º, que é as coberturas do RUMA e o artigo 64.º, que é as fachadas que não condizem. É este senhor que devia ter feito e não fez. Eu não sei quem é, mas se o quiser trazer eu tenho como também conheço da poda das construções hospitalares, sei do que estou a tratar, ou julgo que sei, mas não sei tudo, quero aqui ressaltar que eu não sei tudo. Ando sempre a aprender, mas há coisas que vamos aprender. Ele não vê da rua, que eu tenho uma parede de esferovite.

Senhora Presidente, lembra-se do incêndio que houve em Londres, há cerca de 3 ou 4 anos, que as pessoas foram assadas lá dentro. Sabe do que era revestida Senhora Presidente? De esferovite, e poliestireno extrudido, foram assadas lá. Eu além de correr esse risco, e depois poe uma massa por cima que é a massa de capoto, mas o capoto não é de esferovite Senhora Presidente, a esferovite é um componente e esse serviu de parede exterior e está nos regulamentos, eu peço imensa desculpa de insistir nisto, mas eu não aceito isto. O Senhor foi fazer a vistoria, não soube o que foi lá fazer.

Eu peço à Senhora Presidente, quando foi no dia 7 o requerimento, quando o senhor pediu a licença de utilização. É só para chamar a atenção, eu não sei como é que o Senhor que fez a vistoria, a casa diminui no seu tamanho, no volume, mas depois consegue com um passeio, aumenta de 20 para 80 centímetros. E fico à espera, já mandou esta cartinha, já me elucidou, eu não sabia.”

5.2.2 – O Senhor Múncipe Rui Tavares:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui a representar Os Amigos do Museu Naval, na qualidade de Presidente da Direção.

Os Amigos do Museu Naval de Almada é uma associação cívica sem fins lucrativos, tendo surgido a 30 de novembro de 2011. Sendo, maioritariamente constituída por antigos e atuais trabalhadores da indústria Naval, também inclui outras pessoas, nomeadamente as que se interessam por esta área.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os Amigos do Museu celebraram um Protocolo de Cooperação com a Câmara Municipal de Almada em 2013, que se baseia na colaboração mútua com o fim de promover o Museu Naval através da defesa do património resultante da indústria naval e contribuindo assim para a preservação da memória coletiva das gentes de Almada. Neste âmbito, tem sido entregue pelos Amigos do Museu vasto acervo documental e espólio físico que se encontram a guarda do Museu.

A história recente do Museu deixa-nos muito preocupados, a partir do momento em que o edifício da exposição de longa duração foi encerrado (início de 2023) devido a risco de derrocada da falésia (ocorreram quedas de pedras naquele inverno). Na altura fomos informados que teria de haver consolidação da falésia antes do edifício poder voltar a ser utilizado. Até agora, não temos conhecimento se há data prevista para contratar esse tipo de intervenção. Para além disso, a exposição “Companhia Portuguesa de Pesca: uma coleção de histórias”, esteve patente entre 18 de abril e 30 de outubro de 2023, tendo havido previsão da sua reabertura em 2024, o que não veio a acontecer.

Finalmente, das informações de que dispomos, as reservas do Museu ficaram guardadas em dois locais: nas instalações do próprio Museu e na Cooperativa Piedense. Desconhecemos se tem havido qualquer trabalho sobre as mesmas.

Note-se que alguns destes temas já foram levantados por nós na Reunião de Câmara de 3 de Julho de 2023.

Importa referir que os Amigos do Museu Naval, com a sua experiência e sensibilidade, estão atentos ao que se passa no Concelho e, em particular, com o que tenha a ver com as atividades ligadas ao mar e a atividade naval. Neste sentido, alertamos para o estado em que se encontra a “Instalação” da rotunda Filipa de Água que é vista diariamente por centenas de pessoas.

No exercício do direito e dever cívico que temos de defesa do património material e imaterial, da memória e da identidade, solicitamos a Senhora Presidente e Vereação que se pronuncie sobre as seguintes questões:

- 1 - Há alguma previsão para reabertura do Museu Naval? Se não, quais os planos que a Câmara Municipal de Almada tem para o Museu?
- 2 - Confirmar se a reserva do Museu se mantém nos dois locais referidos (nas instalações do próprio Museu e na Cooperativa Piedense) e se tem havido qualquer trabalho sobre as mesmas?
- 3 - Tendo em conta o período relativamente breve em que a exposição sobre a Companhia Portuguesa de Pesca esteve patente, se tencionam voltar a expô-la, e nesse caso, onde?
- 4 - Existe monitorização e plano de manutenção da Instalação Naval da rotunda Filipa de Água?”

5.2.3 – A Senhora Munição Lurdes Soares:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui, é que chegamos ao final do ano de 2024, estamos a falar no próximo orçamento que aí poderá vir. O que me preocupa acima de tudo, é se está prevista a construção do Centro de Bem-Estar Animal. Há mais de dez anos que falamos no Centro de Bem-Estar Animal e passam os circuitos políticos e este Centro não é construído.

Enquanto Fundadora e Presidente da Associação Onde Há Gato, não posso deixar de manifestar aqui a minha preocupação pelo bem-estar animal e pelo descontrolo das colónias, não obstante o trabalho que desenvolvemos complementado com o trabalho das cuidadoras, grupos informais, outras associações e o próprio CRO. Mas, contudo, não basta o programa CED – Capturar-Esterilizar- Devolver, é urgente a construção do Centro de Bem-Estar Animal, e como disse, existe desde há mais de dez anos uma proposta para a construção do Centro de Bem-Estar Animal.

Senhora Presidente, a minha pergunta é clara, está prevista a construção do Centro de Bem-Estar Animal tal como tínhamos falado? Podem as associações ficarem descansadas que ele vai acontecer? Esta como deve calcular, é uma preocupação que temos pela realidade e de quem vive no dia a dia o problema dos animais. E,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

por isso, queremos ouvir de viva voz, que este Centro vai ser construído, discutiremos depois os moldes, não será aqui o sítio ideal neste momento.

Queria também aqui reforçar uma questão importante e uma forma de agradecer a toda a equipa de Onde há Gato e todas as pessoas que fazem milagres todos os dias, com o nosso minúsculo espaço, mas que ele não chega. Portanto, não consigo aceitar que o meu Concelho não esteja à frente no que toca no controlo de colónias e em termos do bem-estar animal, porque isto dirijo a todos, o bem-estar animal é da responsabilidade de todos nós, não há um partido para os animais, como não há um partido para o ambiente, como não há um partido para a educação, tem que ser uma responsabilidade de todos nós, sobretudo dos animais, ninguém e nós só conseguimos controlar e fazer frente ao abandono, também tendo condições para poder implementar.

Portanto, não posso aceitar que os animais possam ser considerados, filhos de um Deus menor neste Concelho. Efetivamente, ninguém discorda que o Centro de Bem-Estar Animal é inquestionável.

Queria alertar, por força do meu trabalho, sou voluntária na questão animal, conheço alguns exemplos como o da Lousada em que o Centro de Bem-Estar Animal, é um exemplo porque conseguiu uma interligação com a educação, a sensibilização, o ambiente, a comunidade educativa e a sociedade civil, que aconselho a verem para perceber como é possível a partir de um Centro de Bem-Estar Animal fazer tanto.

Portanto, desafio todos os partidos, que façamos todos este Centro de Bem-Estar Animal e que a política seja um exemplo de que todos nos orgulhamos. Contamos então, com a sua construção.”

5.2.4 – O Senhor Município Teófilo Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui pedir para reverter o estacionamento em espinha na Avenida 23 de Julho, no Laranjeiro.

É do conhecimento geral, e não serão certamente alheios os constrangimentos a nível do estacionamento na Avenida 23 de Julho.

Esta artéria é fundamental tanto para os moradores como o comércio, que dinamiza esta importante zona do Município.

De salientar que a fraca oferta de estacionamento impede a angariação e fixação de clientela, para o comércio nesta zona, na medida em que os clientes não têm onde deixar os seus veículos. O que destrói o comércio local, por esta razão, tem extremas dificuldades de se estabilizar e vingar.

Os lugares de estacionamento são extremamente inferiores aos necessários para os munícipes que diariamente deles necessitam.

Acresce que a forma como estão posicionados dificulta tremendamente o trânsito na Avenida, sendo mais propensos os acidentes e batidas na entrada e saída do estacionamento.

Assim sendo, lojistas e moradores, propõem alterar os lugares de estacionamento para o denominado “estacionamento em espinha”, em toda a Avenida. Isto aumentaria exponencialmente o número de lugares de estacionamento, na medida em que o mesmo espaço serviria o dobro ou o triplo dos carros. Para além disso, facilitaria o próprio estacionamento, desimpedindo a via de circulação e permitindo ao trânsito circular de uma forma muito mais fluída.

Esta medida, facilmente exequível, aproveitaria a todos e beneficiaria o próprio Município que se quer dinâmico, prático e acessível para todos os que nele habitam, trabalham e confiam.

Pelo que, pedimos que seja dado provimento ao pedido e implementadas as alterações necessárias para a sua concretização.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer naturalmente, a todos os munícipes que aqui vieram e aqueles que intervieram, que é um exercício de cidadania e desejar-lhes as boas festas.

Queria reforçar o que a Senhora Presidente da Associação Onde há Gato, aqui veio dizer relativamente ao novo Centro de Bem-Estar Animal, esta tem sido uma preocupação constante do PAN, porque não se entende como é que uma Cidade como Almada, uma Cidade cosmopolita, desenvolvida, moderna, às portas de Lisboa, tem um Centro de Recolha Animal que ninguém sabe onde é, praticamente ninguém lá entrava, tinha capacidade para cerca de vinte cães e nem vou falar dos gatos, não dava respostas não fossem as associações locais. Nós tínhamos uma quantidade enorme de cães e de gatos a passarem fome, as serem atropelados, as pessoas a incomodarem-se com a sua presença na rua, doentes, etc. etc. Portanto, durante muitos anos o Centro de Recolha Animal não deu nenhuma resposta necessária às necessidades da Cidade, e, portanto, andamos há muitos anos, a lutar para que que facto seja construído um novo Centro e não seja um canil onde os animais são despejados, vivem e morrem dentro de grades, ninguém sequer sabe que eles existem, porque não havia divulgação para a sua adoção, não existiam voluntários, não existia absolutamente nada relativamente aquele Centro. Portanto, é preciso uma mudança, é preciso uma mudança urgente, é preciso que seja construído um Centro aberto à comunidade, inserido num local onde as pessoas possam ir, possam visitar, possam gostar de lá estar e que os animais não vivam e morram ali num espaço que era suposto ser de passagem.

Portanto, agradeço também, que a Senhora Presidente nos esclareça quando é que de facto, o novo Centro de Bem-Estar Animal será construído.”

5.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço os/as Senhores/as Munícipes que aqui se pronunciaram.

Relativamente ao Senhor Município João Costa da Silva. Não, eu não sou Maestro, eu inspiro-me da função de Maestro, é uma boa inspiração, e uma das coisas importantes é que o Maestro não toca em todos os instrumentos, tem é que ter a certeza que os instrumentos tocam afinados, como sabe. E tem que conhecer bem a partitura, no fundo também é isso.

Ainda bem que já recebeu, eu como deve imaginar, não consigo averiguar o trajeto pelo correio da notificação, mas se está no arquivo é bom sinal, não está perdida, significa que há uma cópia que foi bem guardada e que pode ser verificada e irei pedir aos serviços naturalmente, que reencontrem essa cópia, refaçam o trajeto e reenvia e desta forma que respondam ao pedido que aqui nos forneceu. Da mesma maneira que, eu sei que já houve uma visita à casa, mas irei reforçar junto dos pedidos esses esclarecimentos.

Relativamente ao Senhor Município Rui Pedro Tavares, e agradeço a sua intervenção como toda a colaboração que já tiveram com os nossos serviços, inclusivamente, na exposição que mencionou. E tem razão, a questão do Museu Naval, em primeiro lugar, já estamos a fazer um grande esforço para começar a reabilitar e reorganizar todo o espólio, uma das questões importantes, foi retirar do Museu Naval todo o espólio de arqueologia que se encontra de facto, na Cooperativa Piedense. Mas, acontece um facto que é algo estranho, que eu acho que não é do conhecimento dos almadenses, é que aquele edifício não é da Câmara Municipal. A Câmara Municipal arrenda aquele edifício. Neste momento o proprietário do edifício é o IHRU, nós chegamos a propor por ofício ao IHRU, um protocolo de cedência daquele edifício porque aquele edifício também temos dúvidas em perceber porque é o Instituto de Reabilitação e Habitação Urbana, que é o Instituto responsável pela habitação, tem aquele edifício do Museu Naval.

Acontece que, entretanto, houve o problema da Arriba, das intempéries do final de 2022, e nós próprios tivemos que abandonar o edifício, preservar o espólio, retirar os trabalhadores, até o lançamento do projeto de obra. Agradeço a sua pergunta porque também é uma ocasião para partilhar aqui com os Senhores Deputados Municipais e os almadenses, esta situação sui generis, a Câmara Municipal naturalmente, avançou com o projeto



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

para a reabilitação e a consolidação da Arriba na zona que é sua e é considerada como sua, sendo uma zona protegida, fez o pedido às entidades e tivemos esta resposta extraordinária que a obra estava autorizada, mas que a Câmara Municipal não podia fazer porque afinal a Arriba não era dela e era da APL - do Porto de Lisboa. Portanto, nós temos estado sistematicamente, a pedir ao Porto de Lisboa que, das duas uma, que nos responda que aquilo lhes pertence, mas que não estão a contar fazer obra, e nesse caso, das duas uma, ou assumem a responsabilidade ou nós como sabem, não podemos tomar posse administrativa de património que seja do Estado. Portanto, estamos aqui nesta situação absurda, a Câmara Municipal tem os meios, tem o projeto, tem tudo para avançar com a reabilitação, não está autorizada a fazê-lo porque aquilo é supostamente, de uma entidade que também diz que não o vai fazer. Já levamos isto até às entidades superiores, tudo isto ficou um bocadinho parado como se pode imaginar, com a mudança de Governo, já comunicamos isto ao novo Governo e andamos nesta jiga joga que é o Município a querer fazer, o Município a encomendar estudos, projetos, a investir dinheiro e o Estado Central a bloquear.

Eu sei que posso contar com toda a solidariedade inclusivamente, da Associação, porque realmente e volto a dizer, a Câmara Municipal não só propôs ficar com o edifício para podermos começar a reabilitar o edifício, propôs-se avançar com as obras de consolidação da Arriba para garantir as condições de segurança, e tudo isso está documentado e podemos partilhar com os Senhores Deputados Municipais, infelizmente, continuamos bloqueados, porque aquilo é uma zona protegida e a Câmara Municipal não pode avançar sem ter as devidas autorizações.

Portanto, a previsão de reabertura do Museu Naval vai depender de termos as condições de segurança garantidas, aliás, a exposição foi muito prejudicada porque foi mesmo antes da inauguração da exposição, algo que muito lamentamos e tem razão era uma exposição muito bonita, o problema é que também não temos assim tanto espaço, mas teremos todo o gosto em tentar prever, até colocamos a hipótese de a exposição poder circular, até por outros Concelhos, teríamos todo o gosto, mas tem que ser visto porque temos as nossas programações todas já muito fechadas com muita antecedência como deve imaginar.

Existe naturalmente também, uma manutenção da instalação naval da rotunda da Filipa D'Água, isso existe.

E dizer também, que na revisão até dos projetos da Margueira, voltamos a insistir com um equipamento que queremos que seja um equipamento cultural, museológico, que até gostaríamos que fosse denominado "A Casa do Mar", onde poderia haver a tal concretização do tal museu, poderia misturar não apenas a indústria naval, mas até por ser uma dimensão muito maior, que é isso que está previsto no Plano de Urbanização da Lisnave e também já entregamos essa proposta, é ser um verdadeiro equipamento sobre o mar, que eu acho que faria todo o sentido aqui em Almada.

Em relação à Senhora Muniçipe Lurdes Soares. Eu vou ser claríssima, está mais que previsto o Centro de Recolha Animal e de Bem-Estar Animal. Aliás, estamos mesmo a finalizar. Nós tivemos um percalço com a primeira equipa projetista, tivemos que voltar a contratar uma equipa projetista, mas eu acho que as pessoas têm que ter a noção que nós estamos a cumprir o nosso compromisso com as associações. O espaço que é o espaço junto a Alembança, não muito longe daqui, o que nós dissemos às associações é que não só é um espaço muito grande, queremos que o Centro de Recolha e Bem-Estar Animal, possa ser inserido num grande parque público e tem condições para isso, eu penso que até fizemos uma visita juntos, a Câmara Municipal comprometeu-se com duas questões. A cedência do terreno e oferecer todo o projeto de arquitetura, há uma parte que é municipal, que inclui vários edifícios, um é o novo serviço de veterinária municipal, dois é próprio Centro de Recolha que permitam que diga e tenho todo o gosto de vos apresentar o projeto assim que a sua versão final nos for entregue, que é muito bonita, aliás, até é uma zona para os animais, redonda com vários espaços de jogos e onde os visitantes podem ver e interagir com os animais, porque de facto, é isso que se pretende, é que seja também um espaço de lazer onde as pessoas tenham gosto de ir, e o arquiteto também está a fazer o projeto para uma associação para cães e uma associação para gatos. Estamos a falar de uma dezena de edifícios, uns maiores, outros mais pequenos. Mas é um projeto de arquitetura muito complexo. Também tivemos aqui mais uma vez os gráficos que tínhamos e os mapas que tiveram que ser eles também atualizados. Só para terem uma noção, o primeiro projeto, não sei se o Seixal aceitava ou recusava, mas o primeiro projeto estava instalado



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

no Seixal, e pensamos, se calhar para um Centro de Recolha Animal era melhor, não sei se o meu colega do Seixal o querará lá, mas nós não podemos propriamente ir construir no Seixal, aliás, por isso é que tivemos também que alterar a equipa projetista.

O que estou a dizer é que o compromisso está total, é final, ainda no outro dia falei com o projetista, está finalizado, está no orçamento de 2025 a sua totalidade para lançarmos de imediato e poderemos a partir desse momento reunir com as associações, porque da nossa parte é para avançar já, reunir com as associações para também vos apresentar aquilo que foi o compromisso do Município, que é, não só disponibilizar o espaço como oferecer um projeto de arquitetura, e infraestruturar toda aquela área que é uma área muito grande.

Portanto, está no orçamento, está tudo finalizado, está pronto para arrancar mesmo, garanto que está mesmo pronto para arrancar. Só aguardamos mesmo a última versão para podermos começar a trabalhar convosco e ver também em que condições como disse e bem, é que poderá ou não haver acordo entre a Câmara Municipal e as associações, também percebemos que é a sua segunda etapa. Da nossa parte o nosso Centro vai arrancar já. De qualquer maneira, o outro também depende do tipo de acordo que conseguirmos com as associações.

Relativamente ao Senhor Município Teófilo Duarte. Nós não percebemos bem se era para reverter para espinha ou na horizontal, mas, ainda bem que deixou a sua intervenção, olharemos para ela com toda atenção e depois o Senhor Vereador poderá inclusivamente falar consigo.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).

6.1 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Provedor Municipal dos Animais de Almada – Plano Anual de Atividades para 2025”;

6.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que já não é preciso apresentar aquele que é o trabalho e a importância da ação do Provedor dos Animais de Almada, que foi criado há cinco anos, e todo o trabalho complementar que ele tem feito com os Serviços Veterinários Municipais, e nesta articulação entre os nossos serviços públicos e as associações protetoras dos animais e também com uma particularidade grande que ele tem, que é ser também um especialista em momentos de urgência e poder acolher de imediato.

Portanto, a proposta do Senhor Provedor, que tem a autonomia da ação e nunca é de mais repetir isso, o Senhor Provedor está ligado ao meu Gabinete, mas só no sentido de reafirmar a sua autonomia em relação ao Serviço Municipal, e por isso também tem de alguma maneira, também um olhar de acompanhamento.

Dentro dos projetos da Provedoria planeados para 2025, deixem-me destacar o Grupo de Resgate e Intervenção em Situação de Catástrofe. O Senhor Provedor vai fazer um conjunto de ações de formação nesse sentido, os primeiros socorros para também os animais, a criação de uma plataforma nacional para adoção de animais e plataformas locais, esta plataforma que será gerida pelo o ICNF, porque o Senhor Provedor também trabalha de forma muito estreita com o ICNF e com as forças de segurança e aqui uma palavra também à GNR, que são parceiros muitíssimo importantes neste combate. Esta plataforma será gerida pelo ICNF, deverá receber a informação dos animais do nosso Município que estejam para adoção nas associações de proteção animal de Almada e no nosso Centro de Recolha Animal, é uma forma também de concentrarmos todos os animais que estão para adoção.

Também um programa esterilização nacional e local, deixe-me que lhe diga Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, se é verdade o que descreveu há uns anos atrás do nosso CRO, também é verdade reconhecer que muito já foi feito, não só alargamos muito no mandato anterior, a capacidade de acolhimento de animais, como beneficiamos muito, aliás, a primeira coisa que fizemos foi criar condições de trabalho para os nossos trabalhadores que não tinham, e isto é fundamental lembrar, porque é difícil estar a pedir a uma equipa que seja eficaz, empenhada e dedicada e sempre o foram com as condições de trabalho que tinham à sua disposição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, o primeiro esforço foi esse e foi no mandato anterior e neste ano temos de facto, aumentado e melhorado as condições. Aquilo não cresce mais e o próprio sítio, tem toda a razão Senhora Deputada, não faz sentido ter aquele Centro ao lado de uma escola de pequeninos, não faz sentido, mas dentro daquilo que é possível, nomeadamente, o gatil, melhorou também e criamos até um espaço de jogos que não tinha para os cães.

Aumentamos muito o programa de esterilizações, mas aqui também, o Senhor Provedor, um programa de esterilização nacional e local, um plano municipal para as peças pecuárias, isto é uma matéria que é pouco falada, mas no nosso Município nós temos muitos animais da área da pecuária e convém poder acompanhar também.

Estratégia para os animais de Almada, um dos grandes objetivos da Provedoria, elaborar e operacionalizar uma estratégia para os animais de Almada, com uma visão a médio e longo prazo, assim como, um regulamento municipal para o bem-estar animal de Almada, isto é um trabalho que terá que ser feito de forma naturalmente muito aberta e colaborativa, já para não falar do Banco de Solidariedade do Animal de Almada, que o Senhor Provedor também criou, assim como o grupo de voluntários que é muitíssimo importante.

Independentemente do esforço e do empenho do Senhor Provedor a quem agradeço desde já, é verdade que como disse e bem, esta questão da causa animal não é só uns e outros, somos todos juntos a trabalhar, porque só assim é que podemos ser eficazes nesta causa que é uma causa maior.”

6.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que quem conhece o Senhor Provedor não dúvida de que nós temos o melhor Provedor dos Animais que poderíamos ter, no sentido em que o seu conhecimento e a sua proatividade fazem toda a diferença.

No entanto, o PAN tem trazido aqui algumas questões que ficam por responder, porque também o Senhor Provedor não está e tendo a sua autonomia é difícil que as respostas nos cheguem, mas voltaremos a colocar.

Nomeadamente, nós temos tido planos de atividade de ano para ano, que têm as mesmas atividades, mas que não são feitas. Ou seja, por exemplo, o segundo Encontro de Segurança e Justiça e Saúde Animal, o primeiro foi há 4 anos, e de lá para cá tem havido esta proposta de realização do segundo encontro, assim como o primeiro encontro Municipal de Associações e Cuidadores, que se tem repetido de Plano para Plano, mas depois não é efetuado.

E outras que não se desenvolvem com a celeridade necessária por exemplo, o Plano de Desacorrentamento Municipal, ou o Regulamento de Bem-estar Animal, ou Banco Solidário Animal. Entendo, que possam existir dificuldade burocráticas, mas seria importante que as várias propostas dos Planos de Atividades se pudessem desenvolver no ano proposto e com maior celeridade, pois continuamos a ver o Município com inúmeros problemas na proteção e bem-estar animal.”

6.1.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando responder às questões da Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, é importante fazer aqui um primeiro considerando, que é o facto de num contexto em que há uns anos o Poder Local assumiu um conjunto de competências muito vasto na área do bem-estar animal, evidentemente, que não é de um dia para o outro que o todo o espaço se ocupa, ainda para mais, quando muitas vezes aquilo que é o contexto legislativo, não é o mais fácil até para aquilo que é o exercício das competências nesta área. E nessa medida, o Provedor e aqui realçar as palavras da Senhora Presidente, tem feito um trabalho incansável, muitas vezes para além daquilo que é o seu Plano de Atividades, e não me cabe aqui estar na defesa daquilo que é o Provedor, mas sublinho aquilo que a Senhora Deputada disse no início da sua intervenção e eu partilho desse entendimento que é,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos por ventura o melhor Provedor que poderíamos ter no nosso Concelho, e aquilo que eu vendo e tendo a responsabilidade na área do bem-estar animal, aqui com a tutela sobre o serviço, é que muitas vezes, sentimos que o Provedor faz muito mais do que aquilo que é o seu Plano de Atividades, porque ocupa também algum espaço, não só do lado do Município, é também muitas entidades, a multiplicidades das entidades, forças de segurança, ICNF, um conjunto de entidades e em que depois o Provedor vai ocupando esse espaço.

Em concreto, muitas das atividades do seu Plano de Atividades, são executadas, algumas delas novas atividades, eu ouvi-a a referir o Plano de Desacorrentamento, eu aqui tenho uma visão diferente, houve a elaboração e uma concretização no terreno do Plano de Desacorrentamento, aliás, somos dos primeiros Municípios do país a ter um Plano de Desacorrentamento Animal e a pô-lo em prática, não pomos mais em prática por uma única razão, não há contexto legal para fazermos mais do que aquilo que nós fazemos. Portanto, a Câmara Municipal em conjunto com o Provedor, faz um trabalho de pôr em prática aquilo que foi o desenho do Plano de Desacorrentamento.

Concretizamos também em conjunto o Banco Alimentar, a abertura do nosso CRO aos voluntários, um conjunto de atividades e aquilo que me parece é, e deixar aqui mais uma vez esse agradecimento, é que o nosso Provedor, podendo pontualmente, também é difícil executar 100% um Plano de Atividades, executa muito mais atividades do que aquelas próprias que estão no Plano. E isso em si é de reforçar. Eu acho que seja as associações, cuidadores, quem vai analisando a área do bem-estar animal ou quem vai acompanhando mais de perto, reconhece o trabalho incansável do nosso Provedor do Animal em Almada que tem e em boa hora e fazer este reconhecimento também, nunca é demais reafirmar o óbvio, à Senhora Presidente, em boa hora este Município tomou a iniciativa de criar o Provedor do Animal.”

6.1.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sei que há uma questão relativamente ao Banco Alimentar para Animais, que nós temos estado a ver se solucionamos ainda antes a questão do CRO se está lá ou não, por enquanto há um problema, nós temos que arranjar um bom armazém onde possa ser depositado aquilo que as pessoas entregam voluntariamente. Isto parece básico, mas tem várias circunstâncias, que é, tem que ser num sítio central, como disse e bem, tem que ser um sítio suficientemente grande, tem que ser um sítio minimamente protegido, tem que ser um sítio que esteja em condições. Ora como sabem, a Câmara Municipal tem muito património, mas quase todo em muito mau estado de conservação e a precisar de grandes arranjos, o que também não faz sentido para um equipamento que poderá ser de alguma maneira provisório. Parece-me evidente que não deve ser junto do Serviço Municipal Veterinário, aliás, o que se procura é que possa ser um sítio central, onde as pessoas possam facilmente lá entregar, porque depois também há a questão da entrega, da capacidade, o volume ainda é grande. Portanto, eu não referi isso, é verdade que é uma questão que o Senhor Provedor tem levantado sistematicamente, e que ainda estamos a tentar encontrar aquele que seja um sítio viável, rápido, não é uma questão de querer ou não querer investir, é que se temos que fazer obras estruturais vai demorar muito tempo. Portanto, um sítio que seja rápido, viável, eficaz e central. Ou é no Centro da Cidade ou um sítio onde as pessoas vão de carro facilmente e isto nem sempre é uma equação muito fácil.”

6.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em resposta aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Vereador e gostava de deixar este esclarecimento público, o acorrentamento viola a Lei em vigor, e isto deve ser claro para todos, para as autoridades, para quem faz a fiscalização, para as Câmaras Municipais e para o nosso Governo. Porque há uma Lei a 276/2001, de 17 de outubro, que diz expressamente, que os animais devem dispor de espaço adequado às suas necessidades fisiológicas e etológicas e o mesmo deve permitir a prática de exercício físico adequado. Ora, um animal acorrentado e acho que isto deve ser básico para qualquer pessoa, não consegue fazer exercício físico, a não ser que alguém vai ao médico e o médico pergunte: “O senhor faz exercício físico?” “Faço sim, vou todos os dias à cozinha e volto para o meu quarto, são dois metros para cá e dois metros para lá”. E o médico dirá que isso não



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

é exercício físico. Um animal que tem capacidade para dar dois passos para aqui e dois passos para ali, não faz exercício físico, logo o acorrentamento é contra a Lei e isso deve ser claro para todos. Portanto, a desculpa que o Município não pode fazer mais porque a Lei não o permitir, desculpe Senhor Vereador, mas não posso aceitar. E não digo que o Provedor não tem estado a trabalhar, nunca disse isso, sei que ele trabalha e muito, sei que ele ocupa o espaço que outrora não era ocupado por ninguém, como ele apareceu e começou a fazer, é normal que todas as pessoas vão ter com ele para que ele resolva os problemas, mas de facto, a Câmara Municipal tem que ser mais proativa para que o Provedor possa também fazer mais do que é o seu trabalho.”

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores Presidentes de Junta da União de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 12 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; (encontrava-se fora da sala o eleito Vasco Ramiro Gonçalves (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Plano Anual de Atividades para 2025 do Provedor dos Animais do Município de Almada, nos termos da alínea e), do artigo 8.º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento n.º 791/2020, de 19 de agosto de 2020, bem como do disposto na alínea h n.º 1 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro de 2024, que aprovou a proposta N.º 2024-590-GP.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2025”;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

6.2.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta já foi aprovada em reunião de Câmara, nessa mesma reunião ficou visto que seria submetida à Assembleia Municipal e trata-se da fixação do tarifário de resíduos urbanos e taxa de gestão de resíduos para o ano de 2025.

O Decreto-Lei 194/2009, na sua redação final, vincula todas as entidades públicas e privadas, gestoras de serviços públicos de água e de resíduos prestados a utilizadores finais independentemente do seu modelo de gestão, o Regime Financeiro das Autarquias confere aos Municípios a capacidade de fixar preços de demais instrumentos de remuneração a cobrar nomeadamente, pelo Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, os preços a cobrar devem estar previstos em regulamento de tarifário o qual deve obedecer ao estabelecido na Lei da água aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e ao Regulamento do Tarifário aprovado pela Entidade Reguladora que é a ERSAR.

O Regulamento 52 da ERSAR, estabelece as disposições aplicáveis à definição ao cálculo e à revisão e à publicação das tarifas do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Tendo em conta tudo isto e considerando ainda que, o custo da prestação do serviço, tendo em conta nomeadamente, os efeitos do aumento previsto da tarifa aplicada pela AMARSUL, que nos últimos anos tem tido um aumento bastante grande, 27%, entre a tarifa praticada em 2023, e a tarifa praticada em 2024, não estando ainda fixada e validada aquela que será em 2025, tendo em conta o aumento da taxa de gestão de resíduos de 30.00€ (trinta euros) para 35.00€ (trinta e cinco euros) por tonelada, tendo em conta um aumento consubstancial e generalizado do custo de vida verificado nos últimos anos, é neste quadro que a proposta que aqui vos apresentamos e que consta da proposta que têm num quadro anexo, e que propomos a aprovação



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

dessa proposta de tarifário de serviço de resíduos urbanos, o qual corresponde à manutenção das tarifas de 2024, atualizada apenas pela taxa da inflação recomendada pela ERSAR, de 2.1% para vigorar em 2025.

Pede-se também, que esta Assembleia Municipal aprove o subsídio de 1.147.062.00€ (um milhão cento e quarenta e sete mil e sessenta e dois euros), que corresponde ao impacto financeiro da aplicação da tarifa social. Chamo a atenção, que este é um valor com certeza muito bem aplicado, que é para as famílias com carências financeiras, mas que tem de facto, este impacto de 1.147.062.00€ (um milhão cento e quarenta e sete mil e sessenta e dois euros) na constituição desta tarifa.”

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 14 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 1 abstenção do eleito do CDS-PP; (encontravam-se fora da sala os eleitos Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), Rafael Fernando Santos (CHEGA) e José Ricardo Martins (IND)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 47.º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, e do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, na sua redação atual, (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2025), aprova:

1. O seguinte Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2025, a partir do dia 1 de janeiro, condicionado à emissão de parecer da ERSAR,

| Estrutura Tarifária | 2024 | | | |
|--|------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | Utilizadores Finais | | Tarifário Social | |
| Tarifa de disponibilidade | Domésticos | 2,0522€/mês 0,0684€/dia | isenção da tarifa de Disponibilidade | 0€ |
| | Não domésticos | 3,2315€/mês 0,1077€/dia | Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos Utilizadores Domésticos | 2,0522€/mês 0,0684€/dia |
| Tarifa variável | Domésticos | 0,4527€/m ³ | Consumos de água até 5 m ³ 0 €/m ³ | 0 |
| | | | Consumos de água > 5 m ³ | 0,4527€/m ³ |
| | Não domésticos | 1,7123€/m ³ | Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos | 0,4527€/m ³ |
| Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m ³ de água) | 0,2788€/m ³ | | | |



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2. O subsídio de € 1.147.062, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22.º do Regulamento n.º 52/2018, que revê e republica o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-583-DPF.

6.2.3 – Para apresentar uma Declaração de Voto nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regimento, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas e muito rapidamente para declarar que a CDU votou contra esta proposta apresentada pela Câmara Municipal, porque em sede de direito a oposição propôs que esta taxa não fosse aumentada na percentagem em que é aplicada, que é a percentagem relativa à taxa da inflação, o executivo municipal não seguiu esta posição da CDU e por isso a CDU votou contra.”

6.3 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.4 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2025, relativo ao Exercício Económico de 2024”; 3.5 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2025”; 3.6 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2025” e 3.7 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2024 (a cobrar em 2025)”;

6.3.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Os últimos indicadores do Boletim Económico do Banco de Portugal, relativos a dezembro de 2024, indicam um crescimento económico muito ténue na economia portuguesa em 2024, cerca de 1,7%. Estes indicadores encontram-se alinhados com a estabilização da inflação para valores próximos de 2% e com um rendimento per capita que cresce a um ritmo mais moderado do que o do PIB, refletindo o aumento da população.

Estes elementos encontram-se alinhados com a realidade socioeconómica de Almada, que tem conhecido um crescimento económico muito moderado, e um crescimento populacional sistemático nas últimas décadas.

Esta tendência tem adesão à estabilidade vivida e sentida no nosso Concelho, o que leva aliás, muitos a escolherem Almada como sua residência.

Permitam-me assim, e uma vez que os pressupostos referentes a estas propostas se mantem de uma maneira geral inalteradas face ao ano anterior, abordar, no entanto, algum contexto internacional que devemos ter em mente.

Todos nós sabemos e eu não vou reproduzir aqui, aquele que tem sido o debate entre o Governo e o Senhor Governador do Banco de Portugal, mas todos nós temos consciência, digo aquilo que é, a incerteza que neste momento estamos a viver relativamente às perspetivas económicas. E temo-lo sentido de forma muito clara, porque justamente, quando nós analisamos os dados de Almada e apesar de ter havido um aumento significativo de uma série de atividades, até ter existido um aumento de investimentos em Almada, também temos assistido a um crescimento da população almadense, mas também temos assistido, embora nada comparado com a Margem Norte e ainda há pouco tempo saiu o relatório das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres, e felizmente, aqui a Península de Setúbal, esse fosso não é tão grande, mas temos que ter em atenção, que um forte desenvolvimento económico também não se traduza num cavar de um fosso cada vez maior como tem acontecido em Lisboa ou mesmo em Oeiras.

Portanto, do nosso ponto de vista e depois já poderei explicar um pouco mais porquê, o fator da estabilidade neste momento, é um fator de prudência, tanto mais de que, qualquer alteração, que seja efetuada neste último



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

orçamento deste mandato, só terá repercussões em 2026, 2027 e 2028. Ora, neste momento, como poderemos depois ver nos pontos seguintes, o Município encontra-se com uma série muito significativa, por um lado, de investimentos em curso, por outro lado, com prazos muito apertados como sabemos, relativamente aquilo que são os compromissos, nomeadamente, ao Plano de Recuperação e Resiliência, e se não conseguirmos por razão qualquer, há alguns investimentos em que o Município está a avançar e que por exemplo, no caso do IHRU, ainda não sabemos se vamos ser ressarcidos a 100% como estava previsto, se a 80%, se a 70% ou se a 60%.

Houve um anúncio feito relativamente a candidaturas às quais ainda não nos deram resposta, e nós pedimos clarificações nessa altura, até recebemos aqui uma reunião da Área Metropolitana, especificamente relativamente, ao PRR na área de habitação, que é como sabem um dos nossos maiores investimentos, e até os montantes que os Municípios vão ter por parte do Governo ainda são uma incógnita. De uma coisa sabemos e foi reafirmado, que é se por alguma razão, não for possível cumprir o prazo estabelecido e se não houver prolongamento do PRR, o que está em cima da mesa, é não sermos ressarcidos em nada e até poderem vir pedir aquilo que é o reembolso das verbas que foram dadas em adiantamento.

O orçamento que vos apresentarei a seguir, prevê todas essas possibilidades. Neste momento, consideramos, até porque os efeitos só seriam em 2026 e 2027, consideramos que seria altamente imprudente estar a pôr em causa receitas não para 2025, mas para garantir os investimentos plurianuais, consideramos mesmo que seria um ato de extrema gravidade e irresponsabilidade.

Mas, dito isto, quero, no entanto, dar alguns números do que estas receitas representam, falamos do IMI, da Derrama e do IRS.

No ano passado, procedeu-se à redução do IMI, permitindo aos almadenses ficar com mais 900.000.00€ (novecentos mil euros) nas suas carteiras e isso já foi uma realidade no ano passado.

Lembro que o IMI e o IMT, constituem as principais receitas do Município, e rendem aos cofres da Autarquia cerca de 64.200.000.00€ (sessenta e quatro milhões e duzentos mil euros). Se nós compararmos com outros Municípios à volta, não é uma verba assim tão significativa, e se nós nos compararmos com aqueles Municípios que queremos ser comparados, cujo o nível de vida é mais elevado e é para isso que estamos a trabalhar e a caminhar, temos a noção do caminho que temos que fazer. E também sabemos que só conseguiremos atrair mais investimento, boas empresas, mais consolidação da nossa atividade económica, se o próprio Município tiver meios para investir.

A nossa gestão permitiu ainda, a obtenção de outras receitas com as quais se pretende estimular comportamentos corretivos e arrecadou cerca de 472.000.00€ (quatrocentos e setenta e dois mil euros) com a majoração da taxa de IMI, distribuída da seguinte forma: majoração no caso das penalizações dos imóveis devolutos, abandonados, que nós consideramos que são essenciais até para a política de habitação. Não faz sentido que um Município com carências habitacionais como o nosso, não penalize quem tem ruínas e quem não pensa investir, reabilitar ou vender o seu património nas circunstâncias que achar, na sua livre vontade.

Portanto 270.000.00€ (duzentos e setenta mil euros) resultante da majoração da taxa a aplicar em prédios localizados em zona de pressão urbanística afetos ao alojamento local ou não arrendados ou não ocupados para fins habitacionais e 202.000.00€ (duzentos e dois mil euros) relativos à majoração da taxa a aplicar a prédios devolutos há mais de um ano.

Em síntese como referi anteriormente, estes pressupostos mantem-se inalterados permitindo não só que este agravamento do IMI não é uma penalização clara, não representa como veem um enriquecimento para o Município, funcionam sim, como um estímulo para acabar com os edifícios abandonados no nosso Concelho.

Relativamente à Derrama, lembro que manteremos os pressupostos anteriormente definidos, isto é a aplicação de uma taxa de 1,2% sobre os lucros das empresas com um volume de negócio superior a 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros) no exercício anterior. A receita que advém deste imposto, mantém uma tendência crescente nos últimos anos, evidenciando naturalmente, o nosso crescente dinamismo económico.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É verdade, temos tido mais investimento, temos tido melhor investimento, com melhor resultado e, portanto, temos tido este aumento que ainda fica aquém daquele que gostaríamos, mas para isso temos que ter outro tipo de investimentos e não um investimento muito no comércio local, que defendemos naturalmente, mas que queríamos que houvesse alternativamente também outra dimensão.

O valor da receita estimada é de 2.700.000.00€ (dois milhões e setecentos mil euros) realizada num cenário prudente. Para terem uma ideia, a execução desta receita, hoje, situa-se em 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros), não estamos a estimar um aumento tão significativo assim.

Por via do IRS o Município de Almada tem abdicado de 1,5% de valor do IRS a favor dos almadenses. A nossa proposta é que o Município continue a receber apenas 3,5% do IRS, mantendo a mesma taxa que em 2024. A estimativa para o montante global desta receita é de 11.900.000.00€ (onze milhões e novecentos mil euros) e ainda assim permite uma devolução aos munícipes de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros), devolução essa que não compromete um aumento de 5% no valor global a receber em 2025, face ao verificado no exercício anterior.

Esta proposta considera como não poderia deixar de ser, as medidas fiscais aplicadas pela Administração Central, como o IRS Jovem, apresentando igualmente uma estimativa prudente na receita que advém o IRS.

Importa lembrar que, também na taxa de IMI, mantem-se todas as isenções de IMI e de IMT, no caso de todas as áreas de reabilitação urbana, no caso de reabilitação de edifícios e no caso de aquisição de habitação própria, que é outra questão importante e que não é suficientemente mencionada. Portanto, há um período de transição.

Seja como for, desde 2022, e isto eu quero deixar claro, as reduções que temos feito a nível da política local, permitiram que os almadenses poupassem cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) por ano. Portanto, é essa uma receita que nós consideramos que nesta altura, é demasiado arriscado e imprudente, não a ter em conta, face às perspetivas de incerteza que temos pela frente.”

6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à fixação da participação do Município na receita de IRS cobrada na área do Município de Almada para o ano de 2025, a Câmara Municipal propõe-nos, uma vez mais, que aceitemos prescindir de 1,5% (150 pontos percentuais), dos 5% que a lei consagra relativamente à participação do município no valor da coleta de IRS registada no território do município. Pelas nossas contas, são mais de cinco milhões de euros que a Câmara Municipal deixará de arrecadar com esta decisão. Pelas nossas contas e a Senhora Presidente acaba de o confirmar.

A CDU nunca concordou com esta medida, a qual traduz apenas uma “devolução” (não se trata de baixar o imposto a ninguém) de parte da receita municipal resultante da cobrança daquele imposto pago pelos contribuintes de Almada que a ele estão sujeitos, como já referimos num montante global muito significativo.

Acontece que esta “devolução” se aplica apenas a uma minoria dos munícipes; aplica-se apenas àqueles que pagam IRS, que extrapolando dados nacionais para o Concelho de Almada, não chegarão a 50% do total de contribuintes do município.

Esta “devolução” de perto de cinco milhões de euros a esses contribuintes, para além de considerando cada um deles se traduzir, para a esmagadora maioria, em apenas algumas dezenas de euros por ano, representa um claro prejuízo para todos os almadenses (incluindo aqueles a quem são “devolvidos” alguns euros), privando o orçamento municipal de verbas significativas, que poderiam e deveriam ser investidas – assim houvesse capacidade para tal – na melhoria das condições de vida e bem-estar de toda a comunidade.



Esta decisão é igualmente errada, porque contraria um dos fundamentos essenciais do próprio imposto IRS, que é o seu carácter de progressividade, que visa induzir pelo menos alguma justiça fiscal no sistema tributário aplicado aos rendimentos do trabalho. Ao “devolver” uma percentagem fixa do dinheiro que deveria receber pela participação nas receitas do IRS geradas no seu território, o município está a beneficiar, de forma objetiva, os que maiores rendimentos auferem, porque são também aqueles que mais recebem do “bolo” dessa “devolução”. Para além de atingir, à partida, apenas uma minoria, mesmo no seio dessa minoria, os mais poderosos e abastados são os mais beneficiados.

Quanto à fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2025, a CDU requer, desde já, a votação separada dos pontos 1 e 6 da parte deliberativa, podendo todos os restantes pontos ser votados em conjunto.

A proposta que a Câmara Municipal nos apresenta referente ao IMI a cobrar em 2025, não introduz, de facto, qualquer alteração à proposta aprovada em 2023 para vigorar em 2024: mantém a taxa geral a aplicar aos proprietários de habitações no Concelho nos 0,35% sobre o valor patrimonial dos respetivos prédios, e mantém também a redução em 140.00€ (cento e quarenta euros) do valor do IMI a pagar por agregados familiares que integrem três ou mais dependentes.

Antes que a Senhora Presidente da Câmara venha daí dizer, demagógicamente aliás, que a CDU defende a redução do IMI e não defende a devolução do IRS, esclarecer que a enorme diferença entre uma situação e outra, é que o IMI é aplicado a mais de 75% dos contribuintes almadenses, proprietários da sua habitação própria e permanente, enquanto o IRS é pago por menos de metade desses contribuintes. Aliás, pretender comparar uma redução de 0,01 pontos percentuais na taxa a aplicar em sede de IMI, que é a proposta da CDU, com os 150 pontos percentuais que a “devolução” de receita municipal que a maioria PS impõe no que respeita ao IRS, permite-nos concluir sem dificuldades, quão hipócrita é a acusação de incoerência da CDU, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tanto gosta de apregoar.

Esclarecido este ponto, e considerando que a CDU apresentou, em sede de “direito de oposição”, uma proposta para redução da taxa de IMI geral de 0,35% para 0,34% a aplicar em 2025, e considerando também que a CDU mantém a sua discordância relativamente à aplicação do chamado “IMI Familiar”, tanto mais que a proposta do PS e da sua maioria apenas aplica a redução que a lei prevê aos agregados familiares com três ou mais dependentes (que estão longe de ser os mais necessitados e carenciados...), a CDU não acompanha a proposta da maioria no que respeita à taxa geral e à redução do IMI familiar, pelo que irá votar contra estes dois pontos da proposta.”

6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Taxa de Derrama.

A proposta fixa a Taxa de Derrama em 1,20% para o exercício económico de 2024, mantendo isenções apenas para empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ e benefícios fiscais limitados a alguns setores.

O CHEGA vota contra esta taxa e apresenta as seguintes razões:

- Falta de um projeto estratégico para infraestruturas: Este executivo não apresenta um plano concreto de investimento em infraestruturas, capaz de criar as condições necessárias para atrair empresas e fixar emprego no Concelho. Sem estas condições, Almada não é competitiva face a outros municípios da Área Metropolitana.
- A derrama, na forma em que está proposta, não resolve os problemas estruturais do tecido económico local. Cobrar por cobrar não basta; é preciso criar valor.
- Milhares de almadenses são obrigados a deslocarem-se diariamente para trabalhar fora do Concelho, fruto da ausência de investimento que promova a criação de empregos de qualidade em Almada. Uma Derrama mais baixa, aliada a políticas de incentivo, poderia inverter esta realidade.
- A taxa proposta, é um entrave à fixação de novas empresas, prejudicando o desenvolvimento económico e impedindo a criação de oportunidades de emprego local.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Chega defende uma redução progressiva da Derrama, acompanhada de um plano sólido de investimento em infraestruturas, com o objetivo de fixar o investimento e o emprego no Concelho. Almada tem potencial para se tornar um polo atrativo e competitivo, mas este executivo falha em apresentar soluções estruturadas para o futuro económico da cidade.

Relativamente à Taxa de Direitos de Passagem (TMDP).

O CHEGA vai se abster em relação a esta matéria pelas seguintes razões:

- Existe uma falta de fiscalização: Este executivo continua a não fiscalizar se os cabos e infraestruturas das operadoras de telecomunicações respeitam a altura mínima obrigatória, por exemplo, conforme estabelecido pelas normas técnicas. Tal desleixo coloca em risco a segurança pública e contribui para a poluição visual das ruas.
- Há uma degradação urbana: A cidade apresenta um emaranhado de fios e cabos, muitos deles inativos há anos, que nunca foram removidos nem substituídos. Esta situação reflete a falta de gestão eficaz do espaço público e o desinteresse do executivo em garantir um ambiente urbano organizado e seguro.
- O foco continua a ser unicamente em cobrar a taxa, sem qualquer preocupação com a fiscalização da utilização do espaço ou a manutenção das infraestruturas.

A Taxa de Direitos de Passagem deve ser acompanhada por uma fiscalização rigorosa, que assegure o cumprimento das normas técnicas, a remoção dos cabos inativos e a preservação da qualidade urbana. A falta de ação deste executivo resulta num cenário de abandono e desleixo que prejudica a imagem da cidade.

Relativamente participação no IRS sobre os rendimentos de 2025

A proposta fixa a participação do município no IRS em 3,5%, recusando a possibilidade de devolver uma maior percentagem aos munícipes.

O CHEGA vota contra esta proposta e justifica:

- Em plena crise económica e social, com o aumento generalizado dos preços e uma carga fiscal recorde de 37,2% do PIB – valor que corre o risco de aumentar ainda mais em 2025 –, este executivo recusa aliviar os almadenses que vivem do seu trabalho.
- A devolução de uma maior percentagem do IRS seria uma medida justa para compensar a perda de poder de compra e apoiar a classe média, que continua a ser a mais penalizada.
- O argumento de dificuldades orçamentais não é aceitável quando não existe uma estratégia clara para reduzir desperdícios e otimizar os recursos municipais.

O município tem a responsabilidade e a capacidade financeira para devolver mais IRS aos seus cidadãos. A recusa em o fazer demonstra um desrespeito pela população trabalhadora de Almada, que merece ver o seu esforço reconhecido com medidas fiscais justas.

Concordamos com uma das frases que o Deputado Municipal da CDU disse, efetivamente, só 50% dos almadenses descontam IRS, mas são esses 50% que suportam os custos disto tudo.

Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

A proposta fixa o IMI em 0,35% e mantém a dedução de 140.00€ (cento e quarenta euros) apenas para famílias com três ou mais dependentes.

- Consideramos o IMI um imposto injusto, que penaliza quem possui habitação própria.
- Este executivo continua a ignorar a possibilidade de criar benefícios fiscais (como o CHEGA já propôs) para profissões essenciais como bombeiros, médicos e professores, polícias, que poderiam ser incentivadas a fixar a sua residência em Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- A dedução existente para famílias com três ou mais filhos não é suficiente. Defendemos que esta dedução deve iniciar-se a partir do primeiro filho, de forma a apoiar todas as famílias e incentivar a natalidade no Concelho.

- Não existem medidas eficazes para combater o abandono e degradação de imóveis, e a taxa aumentada o IMI não é suficiente.

O IMI deve ser reduzido gradualmente e acompanhado de uma política mais abrangente de apoio às famílias e incentivos à fixação de profissionais essenciais.”

6.3.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Reduzir impostos é uma ferramenta eficaz para superar os desafios económicos e melhorar a vida das famílias. As empresas ganham mais recursos para investir, enquanto as famílias podem aumentar o seu consumo e poupança, contribuindo para um crescimento económico sustentável.

Almada tem atualmente um excesso de peso da receita de IMI na receita total corrente.

A Senhora Presidente falou em números e eu também falarei. Mais de 21% da receita da autarquia advém deste imposto, muito acima da média nacional, que é de 13%. São dados da Direção Geral das Autarquias Locais.

Almada é inclusive o maior Concelho nesta métrica entre os 15 mais populosos do país, pelo que podemos e devemos seguir os exemplos de Concelhos como Oeiras, Amadora, Lisboa e Sintra e baixar este imposto para o mínimo de 0,30.

Esta baixa teria um impacto nas contas do município de menos de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros), cerca de 3% da receita corrente. Para os munícipes, considerando que o valor patrimonial tributário médio em 2022 era de 79.000.00€ (setenta e nove mil euros) de acordo com o Pordata, a baixa para uma taxa de 0,30 permitiria uma poupança em média de 40.00€ (quarenta euros) para cada proprietário.

O PSD Almada entende que as taxas municipais são uma ferramenta essencial para a gestão equilibrada e eficiente de qualquer município. No entanto, não podemos aprovar uma proposta de taxas que, tal como o orçamento, ignora os princípios básicos de equidade e alinhamento com as reais necessidades da nossa comunidade.

A proposta de taxas que nos é apresentada hoje, reflete mais uma vez uma visão de curto prazo, que não contempla soluções eficazes para os desafios estruturais do Concelho. A Senhora Presidente disse agora que “assistimos a um crescimento de desenvolvimento económico”. A ser verdade, seria um motivo suficiente para baixar os impostos. Assim, estas taxas não só penalizam desproporcionalmente famílias e empresas num momento de dificuldades económicas, como também não demonstram o compromisso necessário para dinamizar o tecido económico local.

A descida de impostos que o PSD Almada gostaria de ver hoje ser levada à Assembleia Municipal, deveria também ser acompanhada de medidas de atração de investimento privado, sem as quais, para nós, esta é mais uma oportunidade perdida de tornar Almada um Concelho mais competitivo, mais solidário e mais justo.

Não podemos permitir que as taxas sejam usadas como um simples instrumento arrecadatório, sem qualquer visão estratégica que justifique os sacrifícios impostos aos cidadãos.

Assim, o PSD em Almada não pode apoiar uma proposta que falha em reconhecer e integrar as legítimas aspirações dos almadenses e votará contra a Taxa da Derrama, a Participação no IRS e o IMI.”

6.3.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje é de facto, o segundo dia desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, e tal como ontem referi, íamos ter muita oportunidade de falar da palavra “coerência”. E, acabamos aqui de ouvir, aquilo que vai totalmente ao contrário da coerência de um trabalho conjunto que tem sido feito ao longo de todos estes anos. Aquilo a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que hoje aqui assistimos e que iremos continuar a assistir e que inclusivamente já está num comunicado de imprensa a ser lançado ou que já foi lançado pelo PSD, é uma total incoerência daquilo que agora aqui vêm tentar averbar como pensar nas populações. Há uma coisa que toda a gente sabe. As posições do Partido Socialista, ao longo dos vários anos, no que respeita à fiscalidade municipal, sempre foram muito claras. E elas não começaram em 2017, bem pelo contrário, o Partido Socialista tem história nesta matéria, nesta Assembleia Municipal, com propostas concretas que sempre foram aquelas que agora também defendemos. E se bem sabem e se bem se recordam, quem não se recorda que vá ver o histórico, o Partido Socialista tinha outras propostas, nomeadamente, no que diz respeito à taxa da Derrama, por exemplo, e essa taxa da Derrama hoje, e desde 2017, foi fixada sob proposta coerente, existente, entre dois partidos que trabalham conjuntamente ou trabalhavam, conjuntamente, para o bem desta população. O caminho que tem sido feito desde 2017, é um caminho do qual nós muito nos orgulhamos. Sempre foi respeitado aquilo que é a posição do Partido Social Democrata e o Partido Social Democrata até hoje sempre respeitou aquilo que são as posições do Partido Socialista. Mas uma coisa é certa, o Partido Socialista continua coerente e igual a si próprio e a respeitar aquilo que sempre foi acordado com o seu parceiro de governação nesta Autarquia. Porque senão, aquilo que hoje aqui estaríamos a apresentar, seriam outras propostas. Mas nós sim, somos coerentes. E a incoerência, caras e caros almadenses, começa a partir de agora, está aberta ao que parece a campanha para as próximas eleições autárquicas, vamos ver no que é que tudo isto vai dar.”

6.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou retomar o debate com a CDU relativamente ao IMI, e penso que também não vale muita a pena estar aqui a lançar o debate com a Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira, porque tal como disse a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, acabaram de me enviar um comunicado de imprensa que até cita o discurso que o líder do PSD vai fazer embora ainda não o tenha pronunciado, não sei se quer que eu leia já as conclusões, posso vos dizer que é uma imagem cinematográfica, que é muito original. Ninguém sabe que eu fiz cinema.

Agora, há uma coisa que eu não aceito, e aqui vou ser clara. Sempre o Partido Socialista e este executivo, manteve a sua palavra e os seus compromissos, sempre.

E quero agradecer aqui ao Senhor Vereador Nuno Matias, e mesmo no mandato anterior, que na altura era o Senhor Vereador Miguel Salvado, todos os compromissos que assumimos entre partes, uns concordando mais ou menos, com base no diálogo, na conversação, sempre assumimos todos os nossos compromissos.

Agora, para poder assumir compromissos, é preciso que haja sequer propostas de compromisso, o que aconteceu este ano, foi uma originalidade, que é depois da proposta de orçamento ter sido feita, ter sido entregue, o PSD ter sido convidado apesar das conversações que temos tido, para o direito de oposição, não ter surgido, eu própria ter telefonado ao líder do PSD a dizer, não querem vir debater connosco o orçamento? Não vieram e entregaram-nos uma proposta de alteração depois da proposta agendada para a reunião de Câmara.

Portanto, visivelmente nós temos agora uma nova direção do PSD em Almada, que tem objetivamente problemas de timing na entrega das propostas de negociação, é evidente, apesar de eu própria telefonei, a dizer que ia fazer um agendamento, querem negociar sim ou não? Não quiseram. Uma vez que que o documento estava entregue recebemos a tal proposta. Uma proposta que não se assemelha com nada do que temos falado e que do nosso ponto de vista é totalmente irresponsável, mas totalmente irresponsável e irrealista, eu acho que não há nenhum outro partido aqui presente, que fizesse propostas a esse nível, que é reduzir o Quadro de Pessoal de Almada em 30%, eu vou me escusar de ler aquilo que recebi, por respeito com o PSD com quem temos trabalhado, vou me escusar de ler o texto que recebemos por respeito pelas pessoas do PSD com quem temos trabalhado. Agora, não só entregam uma proposta fora do tempo, como até se citam a si próprios antes mesmo de fazerem o discurso. Realmente não deixa de ser surpreendente este novo PSD.”

6.3.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente, eu não tenho por hábito vir aqui fazer defesa de outros partidos que não o meu, mas devo lembrar Senhora Presidente, que eu fui eleito numa coligação, chamava-se “Almada Desenvolvida” na qual tive muito orgulho em ter participado nessa coligação e pela qual estou aqui eleito.

Eu quero lembrar Senhora Presidente, que coerência deveria ter havido durante três anos, finalmente agora a coerência por parte do partido pelo qual foi em coligação com o CDS-PP, onde previa nesse mesmo programa eleitoral a baixa destes impostos. Portanto, Senhora Presidente, coerência não houve por parte de alguns eleitos do PSD durante os três últimos anos. Portanto, faça-se aqui honra ao partido que foi em coligação com o CDS, porque coerência foi aquilo que nós apresentamos aos almadenses e que andamos na campanha eleitoral a apresentar frente a frente com os mesmos almadenses. Se calhar Senhora Presidente, a incoerência é a sua. A política é mesmo assim, existe o executivo e existe a oposição, isto não é cristalino Senhora Deputada Margarida Lourenço, as coisas podem mudar, e felizmente estão a mudar, parece que estão a mudar. Eu compreendo que a Senhora Presidente não goste, eu compreendo.

Aliás, Senhora Presidente, mais uma vez a Senhora Presidente não faz política para os almadenses, não faz política para os empresários e para aqueles que querem investir no Concelho, muitos dos investidores fogem para Concelhos vizinhos porque a Senhora não tem a visão estratégica, num plano de desenvolvimento económico para o Concelho.

Relativamente ao IRS tem os cofres cheios, podia muito bem devolver mais este imposto, para que os almadenses pudessem sentir-se mais desanuviados e também para aligeirar aquela que foi a crise criada muito pelo seu Partido Socialista, que esteve no Governo nos últimos anos.

Depois relativamente também ao IMI. A Senhora Presidente sabe também aquilo que o CDS-PP pensa relativamente ao IMI. Mais uma vez Senhora Presidente não é amiga das famílias, nomeadamente, das famílias numerosas. Portanto, mais uma vez tenho que deixar aqui o ponto de vista por parte do CDS-PP e com certeza votar contra estes três impostos.”

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.4 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2025, relativo ao Exercício Económico de 2024”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 29 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 9 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea d) n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova:

1. O lançamento, para o ano de 2025, de uma derrama de 1,20% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na parte relativa ao rendimento gerado na circunscção do Concelho de Almada, ao abrigo do n.º 1 do art.º 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para fazer face ao esforço de investimento municipal, designadamente com os programas de regeneração urbana;

2. Aprova igualmente a isenção:

a) da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios, com referência ao ano de 2024, que não ultrapasse os € 150.000,00, ao abrigo do n.º 22 do artigo 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

b) da taxa de derrama, por um período de 3 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2024 e consecutivos e que tenham criado, e mantenham no período de isenção, no mínimo, 5 novos postos de trabalho;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

c) da taxa de derrama, por um período de 5 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2024 e consecutivos ligadas às áreas das Indústrias Criativas, das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica e do Turismo, listados por CAE no Anexo I à proposta.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-560-DPF.

6.3.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.5 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2025”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 33 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025, fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3, do artigo 169.º da Lei 16/2022, de 16 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-582-DPF.

6.3.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.6 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2025”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a fixação da participação na percentagem de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Almada, relativa aos rendimentos do ano de 2025, nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-581-DPF.

6.3.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por partes do ponto 3.7 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2024 (a cobrar em 2025)”, sendo os pontos 1 e 6 rejeitados por maioria, com 20 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 1 abstenção da eleita do PAN;

6.3.6.1 – A restante proposta foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 1 abstenção da eleita do PAN; 6 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Código do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (CIMT), e com os artigos 44.º e 44.º B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e tendo em consideração a alínea a) do art.º 14.º e o n.º 2 do art.º 16.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, quer no que respeita ao IMI e IMT enquanto receita municipal, quer à capacidade do município de conceder isenções totais ou parciais dos impostos municipais, aprova (exceto os pontos 1 e 6):

1. Rejeitado;
2. Majorar em 30% a taxa do IMI para os prédios degradados, para vigorar no IMI de 2024, a cobrar em 2025 (n.º 8 do art.º 112.º do CIMI);
3. Aplicar o n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, para vigorar no IMI 2024, a cobrar em 2025, que majora as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo, ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, e nos casos de prédios em ruínas;
4. Isentar de IMI, ao abrigo do estabelecido na alínea m) do n.º 1 do art.º 44º do EBF, as coletividades de cultura e recreio, as organizações não-governamentais e outro-tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios destas entidades, quando estes se destinem ao prosseguimento direto dos seus fins;
5. Ao abrigo do n.º 9 do art.º 112.º do CIMI, majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono;
6. Rejeitado.

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM ÁREAS DELIMITADAS DAS FREGUESIAS:

7. Para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 112.º do CIMI, sem prejuízo de opção por outro regime mais favorável:
 7. a) Fixar as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas de freguesias, conforme anexos à presente proposta e que se dão por integralmente reproduzidos;
 7. b) Minorar em 30% a taxa de IMI, para vigorar no IMI 2024, a cobrar em 2025, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham comprovado, até 30 de setembro de 2023, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2023 e setembro de 2024.
 7. c) Manter a minoração de 30% para vigorar no imposto de 2025, a cobrar em 2026, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham comprovado, até 30 de setembro de 2025, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2024 e setembro de 2025;
 7. d) Aprovar a redução em 20% da taxa de IMI, para vigorar 2024, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30 de junho de 2023 (n.º 7 do art.º 112.º do CIMI).
 7. e) Manter a redução referida na alínea anterior, para vigorar no imposto de 2025, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30 de junho de 2024 (n.º 7 do art.º 112.º do CIMI).

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

8. Isentar do IMI os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana, que tenham sido objeto de ações de reabilitação, nos termos definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

9. *Isentar do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) as aquisições de prédio urbano, ou de fração autónoma, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na área de reabilitação urbana, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;*

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM ZONAS DE PRESSÃO URBANÍSTICA

10. *Sempre que os prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano, os prédios em ruínas e os terrenos para construção inseridos no solo urbano e cuja qualificação em plano municipal de ordenamento do território atribua aptidão para o uso habitacional se localizem em zonas de pressão urbanística, a taxa prevista no n.º 1 será elevada ao décuplo e agravada, em cada ano subsequente, em mais 20%, de acordo com o n.º 1, do artigo 112.º -B do CIMI, na sua atual redação;*

11. *Sempre que o prédio urbano ou fração autónoma se destine a habitação e, no ano a que respeita o imposto, não se encontre arrendado para habitação ou afeto a habitação própria e permanente do sujeito passivo a taxa prevista no número anterior deverá aumentar 50%, ou 100% quando o sujeito passivo do imposto seja uma pessoa coletiva ou outra entidade fiscalmente equiparada.*

12. *Ao abrigo do n.º 19 do artigo 112.º do CIMI na sua atual redação, majorar a taxa de IMI dos prédios ou partes de prédios localizados em zona de pressão urbanística, conforme definidas na deliberação da Assembleia Municipal de 28 de março de 2023:*

12. a) *Em 100% nos casos em que estejam afetos a alojamento local;*

12. b) *Em 25% nos casos em que, tendo por destino a habitação, não se encontrem arrendados para habitação ou afetos a habitação própria e permanente do sujeito passivo.*

12. c) *A majoração, a que se refere o presente artigo, é elevada a 50% sempre que o sujeito passivo do imposto seja uma pessoa coletiva.*

Nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-559-DPF.

6.3.7 – Para uma interpelação à Mesa nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

6.3.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu não quis colocar a questão quando foi pedido para fazer a votação separadamente, mas de facto, o que resulta desta votação, é que nós chumbamos uma determinada taxa e aprovamos isenções a uma taxa que não foi aprovada. Eu não sei como é que isso se resolve, mas alguém resolverá, uma vez que não existiu proposta alternativa, porque quem quer construir, apresenta propostas alternativas.

Portanto, é uma interpelação à Mesa, que demonstra a preocupação do Partido Socialista com aquilo que resulta da votação nesta Assembleia Municipal, não pondo em causa a posição de nenhum partido nem nenhum Deputado Municipal que votou livremente, mas é só para que todos tenhamos consciência que o resultado desta votação, os outros pontos terem sido aprovados, se calhar é uma votação nula.”

6.4 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.8 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Wemob, E.M., S.A”; ponto 3.9 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025”; e ponto 3.10 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2025 e Mapa de Pessoal do Município 2025”;

6.4.1 – Para apresentar as propostas usaram da palavra os/as Senhores/as Vereadores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipes Alexandre Pacheco (PS), Maria Teodolinda Silveira (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, se me permitir farei uma parte da apresentação e depois passarei a palavra aos Senhores/as Vereadores/as para que possam fazer a apresentação da proposta de Orçamento para os SMAS e a WEMOB.

A proposta que vos apresento é constituída por três dimensões que tentarei expor de forma sucinta, sendo que a última poderá ser melhor concretizada até pela Senhor Vereadora que é o Mapa de Pessoal do Município de Almada para 2025.

Portanto, vou me concentrar nas Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Importa talvez, lembrar que o planeamento estratégico expresso nas Grandes Opções do Plano, não resulta de um exercício realizado apenas para 2025, os eixos de intervenção encontram-se estabilizados desde o início do nosso mandato em 2021. Refletem os compromissos que assumimos desde 2021 e que foram aliás, sufragados amplamente pelos almadenses.

As Grandes Opções do Plano são por isso mesmo, e naturalmente, um exercício de continuidade e coerência. Pois ninguém entenderia, nem que mudássemos radicalmente de rumo no último ano do mandato, nem que sob pretexto deste ser um ano eleitoral, desperdiçássemos um ano de trabalho. Mas, 2025 é também o ano da concretização das oportunidades que surgiram durante este mandato, com a aprovação dos Fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, que foram só decididas em 2022, há dois anos atrás.

Na área da habitação, das operações integradas na área do social ou mesmo na educação e na saúde. Em pouco mais de dois anos, foi possível não apenas preservar alguns dos investimentos municipais mais significativos, que estavam já planeados e que faziam parte do nosso programa eleitoral, como responder positivamente, a praticamente todas as candidaturas que foram surgindo. Sabemos todos em que condições nem sempre claras aquelas candidaturas foram abertas e às vezes até de forma muito tardia. Sabemos todos quantas as respostas a essas candidaturas têm tardado como ainda há pouco o referi. Mas também sabemos, que por parte dos serviços da Câmara Municipal, não falhamos, nem fugimos a nenhum dos desafios que nos foram lançados, por trazerem benefícios claros para Almada.

Muitos destes compromissos já foram concretizados em 2024, mas também muitos foram lançados este ano e verão em 2025 a sua concretização.

Para abreviar um pouco esta apresentação, limitar-me-ei a elencar alguns que serão certamente os investimentos mais importantes para o Concelho nas últimas duas décadas.

São eles os Centros de Saúde do Feijó e da Costa da Caparica, falamos de 8.000.000.00€ (oito milhões de euros);

A construção e reabilitação de habitações públicas, falamos de 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros);

A Polícia Municipal e o novo espaço da Proteção Civil com a reabilitação da Bateria da Raposa, 3.000.000.00€ (três milhões de euros);

O Agroparque mais 3.000.000.00€ (três milhões de euros);

O Centro de Recolha Animal, cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros);

A Loja do Cidadão, 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) previstos, assim como a continuidade no esforço da reabilitação da nossa rede viária, na reabilitação do nosso património histórico e natural, com a criação de corredores verdes e mais espaços e jardins.

Ao todo são mais de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros) de investimento que já estão em curso e que aliás, já estavam em 2024 em plurianuais, portanto, estamos a cumprir aquilo que foi aprovado em 2024 e a dar continuidade ao trabalho que foi lançado este ano.

Estes dois últimos anos foram também os anos em que assumimos a transferência de competências na área da educação, da saúde, e nos apoios sociais. Ao assumir estas competências, também assumimos que não



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aceitávamos as condições em que se encontravam muitos dos nossos equipamentos escolares. Num só ano já realizamos vinte e quatro intervenções urgentes e estruturais nas nossas escolas, e este esforço vai ser continuado em 2025, com um orçamento para a educação de 13.500.000.00€ (treze milhões e quinhentos mil euros).

Ao nível da ação social, para além de alargarmos as respostas sociais a todas as Freguesias do Concelho, para além da criação dos Centros de Resposta Integrada, como ainda há pouco o fizemos ao reabrir o antigo Centro de Saúde da Trafaria, continuaremos a apostar em apoios especiais, individualizados para populações específicas com carências especiais, como é o caso das populações sem abrigo, mas também para apoios nomeadamente, ao arrendamento, para jovens e classe média.

Resumindo, só o eixo de solidariedade, inclusão e habitação, representa 32.000.000.00€ (trinta e dois milhões de euros) deste orçamento.

Em 2025 continuaremos a investir naturalmente, na juventude e desporto, 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);

No ambiente, espaços verdes e espaço público 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros);

Na cultura criatividade e movimento associativo mais de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros).

Este orçamento também reflete o nosso compromisso com a revalorização salarial dos nossos trabalhadores. O reforço e a qualificação das nossas equipas e do nosso serviço público, e por isso sim, contrariamente aquilo que já foi aqui dito e que também foi solicitado, nós é com orgulho, que dizemos que sim, os nossos recursos humanos representam um pouco mais de 30% do nosso orçamento, são 65.000.000.00€ (sessenta e cinco milhões de euros) mas são para equipas e trabalhadores que dão tudo em nome do serviço público em Almada.

Também reforçamos, porque acreditamos no serviço público, o apoio às Freguesias totalizando 4.800.000.00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros).

Já para não falar no reforço no investimento em higiene urbana de 3.000.000.00€ (três milhões de euros).

Senhoras e Senhores Deputados, muito mais haveria a dizer, mas não posso terminar sem referir um aspeto curioso e até irónico, se me permitem, porque certamente se deve a alguma desatenção.

Como eu já referi durante a elaboração do orçamento, recebemos todos os partidos do direito a oposição que vêm naturalmente com o seu caderno de encargos, de facto, não recebemos o PSD porque não apareceu, mas fizemos um exercício sendo o final do mandato, fizemos o exercício de um comparativo entre aquilo que nos pediram e aquilo que já estava em curso. E não deixa de ser curioso de que 80% daquilo que são as exigências dos partidos, nomeadamente, do CDS-PP que fala, fala, mas já está concluído ou já está a ser executado. Porque é que eu relembro isso? Porque me parece importante referir. Que embora se sinta uma grande impaciência no ar e vontade de iniciar já o combate eleitoral, não tenho dúvidas, a verdade é que a nossa ação e a proposta que colocamos à vossa consideração, é muito mais consensual do que aquilo que querem fazer crer. A verdade é que sabemos todos quais são as verdadeiras prioridades do Município de Almada e sabemos que este orçamento responde a essas prioridades.

E termino naturalmente, falando daqueles para quem nós trabalhamos, os almadenses. Os almadenses sabem e sentem bem, que podemos ainda não ter atingido todos os nossos objetivos, mas também já nos conhecem e sabem que em tempo algum, nos faltará a determinação e a vontade para continuar a lutar por Almada, porque assim Almada o merece.”

6.4.1.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O orçamento dos SMAS é um orçamento de continuidade e do qual queria destacar três grandes intervenções que iremos fazer ao longo do próximo ano.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A primeira, já se iniciou uma parte delas, mas irá concretizar-se ao longo do próximo ano, que é a revolução do fornecimento de água à Cidade da Costa da Caparica através da intervenção na Rua do Juncal, regularizando uma situação que está em deficit de há muitos anos.

A outra intervenção prende-se com o início da instalação de saneamento nos apoios de praia, como vocês sabem os apoios de praia de Almada são cada vez mais procurados, esse fluxo de gente traz problemas e constrangimentos e naturalmente, urge resolver esta questão. Portanto, iremos dar início a esta intervenção.

A outra prende-se com a questão também do crescimento da Charneca e Caparica, os SMAS irão realizar um furo de grande profundidade e reforçar o abastecimento de água à zona da Charneca de Caparica, resolvendo questões também que começam a surgir de alguma dificuldade sobretudo na época de verão.

Depois, também queria aqui realçar que os SMAS também irão a nível de pessoal reforçar o recrutamento de pessoal na área operacional de forma também a satisfazer as dificuldades que temos tido para fazer face às situações de necessidade de intervenção.

Queria também relativamente ao Orçamento da Câmara Municipal para 2025, destacar aqui dois ou três aspetos para além de todos aqueles que também já foram referidos pela Senhora Presidente, também são da área da minha intervenção, no entanto, queria aqui destacar naturalmente, aquilo que é o lançamento do concurso para os abrigos nas paragens dos autocarros, em que se prevê a criação de instalação de mais setecentos abrigos, é um concurso que já lançamos, foi um concurso que foi cancelado, vamos lançar um novo concurso no início do próximo ano.

Também contamos vir a trazer em breve aqui, a conclusão do concurso para a instalação de carregadores elétricos por todo o Concelho e, portanto, também fazendo face a uma necessidade que cada vez é mais importante resolver.

Queria aqui também referir outra área que se prende com um concurso que esperamos que seja aprovado na Assembleia Municipal, que é o concurso de substituição das luminárias por forma a que também possa ser resolvido um problema estrutural que se prende com um deficit na iluminação pública de todo o Concelho.”

6.4.1.3 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento da WEMOB à semelhança daquilo que a Senhora Presidente referiu, é também um orçamento muito consensual.

Acima de tudo, é um orçamento que em primeiro lugar, dá resposta às pessoas, aos cidadãos, concretamente com o aumento da oferta de estacionamento. E, em concreto, prevê a abertura de um novo parque de estacionamento, neste caso na Rua Comandante António Feio, na zona de Cacilhas, uma zona com grande pressão e para dar resposta numa zona de necessidades de estacionamento.

É também um orçamento que aumenta a capacidade de recolha de veículos em fim de vida e de veículos que precisam de ser recolhidos um pouco por todo o Concelho, concretamente, criando um novo parque de rebocados para dar esta resposta.

Continua também a implementação do novo Regulamento de Estacionamento, dando também aqui uma resposta relativamente ao aumento do estacionamento e mais condições de estacionamento, mais opções para todos os moradores, para todos os trabalhadores em Almada e para todos aqueles que nos visitam, muito importante.

E por último, melhorar também aquilo que são as condições dos trabalhadores, falamos de um aumento do subsídio de alimentação de mais de 17%, naquilo que é pela primeira vez um orçamento que tem as carreiras, algo que a empresa reclamava há vinte anos, é o primeiro orçamento que consolida a implementação de carreiras e novo sistema de avaliação. Portanto, acima de tudo é um orçamento que valoriza os seus trabalhadores, mas acima de tudo, dá uma resposta muito concreta a todos os munícipes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pegando também naquilo que é o orçamento municipal, e falando aqui de algumas áreas, é acima de tudo com referiu a Senhora Presidente, um orçamento de continuidade e de coerência, e por isso mesmo, é um orçamento de ambição, mas com responsabilidade, e falo concretamente de três áreas.

A primeira, o bem-estar animal, é neste orçamento que nós concretizaremos aquilo que ainda hoje aqui vieram reivindicar, uma das associações, a construção do novo Centro de Bem-Estar Animal. Uma resposta com condições superiores de dignidade aos animais, mais do que duplicando a capacidade instalada, inserido no novo Parque Urbano numa zona do Concelho que está para requalificar.

Também a Loja do Cidadão, recuperando um atraso de duas décadas, trazendo para uma zona, neste caso, da Romeira, uma nova centralidade e um equipamento com mais de 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) de investimento.

Também na área da habitação, damos uma resposta não só aos cerca de 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros) de investimento que estão neste orçamento para a área da habitação, mas com respostas novas muito concretas, com por exemplo, o apoio à renda, criaremos, já o criamos, concretizamos no início deste ano o apoio à renda dirigido às classes médias.

E termino com o desporto. Este orçamento continua a política que o Partido Socialista tem escolhido, de continuar a apoiar todo o Movimento Associativo, aliás, concretamente, neste orçamento mantemos com mimetizamos como fizemos nos outros de ter mais 600.000.000.00€ (seiscentos milhões de euros) dirigidos só para o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, e concretizaremos também aquilo que é o novo apoio à formação desportiva.

Portanto, como dizia é um orçamento de ambição, mas com responsabilidade, na linha daquilo que têm sido os anteriores.”

6.4.1.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Mapa de Pessoal obviamente que, está de acordo e acompanha o plano de orçamento e tem em conta os projetos e atividades a desenvolver.

O número de postos de trabalho atualmente ocupados são de 2675, os serviços municipais são aqueles que eram já municipais, anteriores à transferência de competências, constam 1716 trabalhadores, e pessoal não docente temos 959 trabalhadores.

Esta conjunto de trabalhadores em termos percentuais significa 23% de técnicos superiores, 31% de assistentes técnicos, 46% de assistentes operacionais. Tendo-se verificado aqui um aumento de facto, de capacidade instalada de pensamento, através do aumento dos técnicos superiores recrutados.

Dizer-vos também, que a distribuição dos postos de trabalho pelos serviços se faz da seguinte maneira: postos de trabalho previstos são 1774, postos de trabalho ocupados são 1716, temos postos de trabalho cativos que correspondem a 26 postos de trabalho de trabalhadores da saúde que ainda estão no Ministério da Saúde, porque ainda não publicada a lista nominativa que quando for os integrará automaticamente no Mapa de Pessoal. Temos os lugares cativos para a integração desses 26 trabalhadores, um técnico superior que decorre de um procedimento em curso e 32 postos a preencher de 28 agentes para a Polícia Municipal e 4 cargos de dirigentes previstos.

Portanto isto tudo soma os postos que iremos preencher quando for aprovada a Polícia Municipal.

Estão também indicados no Mapa todos os trabalhadores que têm o subsídio de penosidade e insalubridade.”

6.4.1.5 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Hoje fazemos aqui um exercício que creio eu, na Assembleia Municipal, que é dos exercícios mais importantes do nosso exercício autárquico. Quiçá, este momento de apreciação do Orçamento para 2025, é um momento tão importante quanto o documento de Prestação de Contas também do ano de 2024.

Quero vos dar nota da seguinte forma macro. O orçamento é naturalmente, um orçamento de execução, que concretiza projetos estratégicos, e com ele concretizaremos nas áreas da tutela da minha responsabilidade, alguns projetos estruturantes como a Senhora Presidente aqui referiu, nomeadamente, a Polícia Municipal as novas instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil, a Central Única de Emergência e Socorro, bem como a continuidade em termos de execução do apoio fundamental, aos nossos parceiros da Proteção Civil e às nossas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Só com este orçamento, podemos garantir a continuidade e a coerência nesta execução.

Quero vos dar nota que entendo a democracia com o exercício pleno da Polis, e é aqui que ela se exerce, este orçamento deverá ser escrutinado, altamente debatido, sim. Mas na fase da decisão, na fase de decisão, Senhoras e Senhores Deputados, é incontornável, ou os projetos avançam e Almada avança, ou Almada fica adiada porque os projetos não avançam.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José Alberto Lourenço (CDU), António José Rocha (CDU), José Ricardo Martins (IND), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foram quase 12 mil crimes registados pelas autoridades por abandono e maus tratos de animais de companhia nos últimos 5 anos.

A cadela Pantufas estava grávida e o seu detentor decidiu fazer-lhe uma cesariana a sangue frio, abrindo-lhe a barriga com uma faca e deixando-a a morrer no quintal cheia de sangue e de seguida não contente com o que fez, colocou no lixo as crias ainda vivas que acabaram também por morrer.

A cadela Princesa, o nome já diz tudo, foi atirada a um poço pelo seu detentor, que lhe atou uma corda ao pescoço com uma pedra, isto aconteceu em Portugal, isto aconteceu o ano passado ou há dois anos.

As histórias iguais às da Pantufas e da Princesa, repetem-se por este país fora, com poucas ou nenhuma consequência. Como disse Marisa Quaresma dos Reis, anterior Provedora dos Animais em Lisboa, em Portugal é mais grave partir um cão de loiça do que matar um verdadeiro cão.

A proteção animal tem ainda um longo caminho para fazer e proteger os mais indefesos deve ser uma premissa de todos os que lutam por um mundo mais justo. Mas proteger os animais ao contrário do que algumas vezes dizem, é também proteger as pessoas, são muitas e cada vez mais, aquelas que não ficam indiferentes ao sofrimento dos mais vulneráveis e que ativamente dedicam o seu tempo, o seu dinheiro a ajuda-los. As criadoras de colónias, os voluntários de associações e tantos outros que anónima e abnegadamente, cuidam dos animais porque estes não têm mais ninguém. E é muito graças a elas que Almada não tem um sem número de animais doentes a reproduziram-se na rua e no quintal.

Nesta Assembleia Municipal em diversas reuniões, o PAN tem proposto medidas que podem tornar a proteção animal em Almada mais eficaz e, não obstante, ainda haver muito a fazer, acreditamos que as medidas que propusemos e que o Município tem implementado, fazem a diferença na vida dos animais e de quem cuida deles.

Aqui já foi referido a abertura do CRO a voluntários, a construção de um parque para soltar os animais no Canil Municipal, algo que parece básico, mas que em toda a existência daquele equipamento, nunca existiu e que agora existe.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Cheque Veterinário para apoiar munícipes carenciados com animais, o Plano de Desacorrentamento Municipal, único no país, o Banco Alimentar, a criação da Provedoria dos Animais, tudo medidas propostas pelo PAN e que o Município tem vindo a desenvolver.

No que diz respeito ao ambiente, consideramos que Almada tem implementado algumas medidas, que podem vir a ter um impacto positivo na descarbonização da Cidade, como a rede ciclável que está a agora a ser estudada ou irá ser implementada finalmente, o uso de painéis solares ou a plantação de mais árvores. Mas temos dito e continuaremos a dizer, que o desafio é demasiado grande e que é preciso fazer mais, muito mais.

Finalmente, na área social onde englobamos todo o serviço prestado aos cidadãos, não podemos deixar de reparar na presença de um munícipe que esteve cá ontem e que mais de qualquer outro de nós pode avaliar o trabalho da Câmara Municipal, e falou do seu realojamento e reabilitação das habitações, considero positivo os passos que têm sido dados na área social, mas também aqui há muito a fazer, pois também aqui as exigências e as necessidades são muitas.

Este orçamento tem finalmente no seu texto a empreitada para a construção de um novo Centro de Bem-Estar Animal, obra há muito esperada e há muito exigida pelo PAN, pois, o espaço do CRO é totalmente inaceitável para uma Cidade como Almada.

A espera foi longa para nós incompreensível, mas no momento preferimos centrarmo-nos no futuro.

Na palavra dada pela Senhora Presidente e o concurso para a construção do CRO, irá ser lançada em janeiro, fevereiro 2025, e isso para nós é um avanço.

O PAN tem deixado ao longo destes anos várias propostas e também várias críticas a este executivo, pois se reconhecemos trabalho, também discordamos de outras tantas opções.

Dito isto, e por considerar por um lado, que este orçamento responde ainda que timidamente, aos projetos do PAN e porque consideramos sobretudo, que não é do interesse dos almadenses aguardarem mais um ano por projetos estruturais, caso este orçamento não seja aprovado, iremos votar a favor.”

6.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos Orçamentos hoje apresentados:

Grupo Municipal do Partido CHEGA, relativamente à proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da WEMOB;

O orçamento apresentado pela WEMOB continua a refletir uma gestão desajustada e punitiva, em vez de promover a criação de alternativas concretas para o estacionamento.

- Não há previsão para novos lugares de estacionamento nas zonas mais densamente povoadas, como Almada, Cova da Piedade, Pragal, Cacilhas, Laranjeiro e Feijó.

- Falta uma política integrada que contemple a requalificação do espaço público, com a criação de baias ou zonas delimitadas que permitam o estacionamento em locais onde a circulação de peões não seria comprometida.

O modelo centrado na repressão da WEMOB tem delegado à sua gestão num modelo apenas punitivo que, em vez de criar soluções, apenas penaliza os munícipes, multando em zonas onde, durante décadas, se estacionou de forma improvisada devido à inexistência de alternativas.

Este modelo é altamente prejudicial para os munícipes que, além de lidarem com a escassez de lugares, enfrentam uma fiscalização rígida e desproporcional.

A estratégia da WEMOB reprime sem resolver, em contraste com Concelhos vizinhos que priorizaram a criação de lugares e a ordenação do trânsito.

Há uma falta de visão estratégica no Plano de Atividades da WEMOB, não apresenta uma visão de futuro para o ordenamento do estacionamento em Almada:



- Não equilibra fiscalização e soluções concretas, deixando os municípios desprotegidos perante o agravamento da escassez de lugares.

- Falha em prever medidas adequadas para enfrentar o aumento da procura por estacionamento, especialmente em zonas residenciais e comerciais.

O impacto negativo na qualidade de vida dos municípios devido à ausência de soluções para o estacionamento afeta diretamente o bem-estar e a mobilidade dos almadenses, prejudicando a vida quotidiana e as atividades económicas. Este Plano de Atividades da WEMOB demonstra falta de compromisso com os problemas reais do território.

A proposta do Orçamento e Plano de Atividades da WEMOB para 2025, reflete uma política que prioriza a repressão e cobrança sobre a criação de soluções estruturais. Como tal, iremos votar contra.

Relativamente às Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025 dos SMAS”:

O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que há umas falhas estruturais e falta de investimento crónico

A proposta apresentada continua a refletir anos de má gestão e desinvestimento na rede de água, saneamento e resíduos urbanos.

É inaceitável que os municípios continuem a ser penalizados com custos elevados, enquanto as perdas de água persistem devido à falta de manutenção da infraestrutura.

As falhas estruturais na rede, acumuladas ao longo de décadas de governação por PS, PSD e CDU, resultam em perdas significativas que encarecem o sistema e recaem sobre os almadenses.

A proposta prevê o aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de 30€ por tonelada em 2024 para 35€ por tonelada em 2025, um aumento de 17%.

Este aumento, embora justificado com a necessidade de cobertura de custos, demonstra a incapacidade do executivo em apresentar alternativas que protejam os cidadãos, sobretudo a classe média, que continua a suportar encargos desproporcionais.

Ausência de mecanismos sustentáveis e inovadores, continua a não existir um sistema de "pay as you throw", que poderia:

- Incentivar comportamentos mais sustentáveis através da diferenciação entre quem produz mais ou menos resíduos;

- Criar um sistema mais justo, onde os cidadãos não pagam indiscriminadamente, independentemente das suas boas práticas ambientais, é necessário;

- O modelo atual permanece desatualizado e punitivo, não oferecendo alternativas eficazes.

A situação apresentada no Orçamento e Plano dos SMAS para 2025, reflete falta de visão estratégica e um modelo de gestão obsoleto que não resolve os problemas estruturais do Concelho. As consequências desta má gestão recaem, mais uma vez, sobre os municípios, que são forçados a suportar aumento de taxas e custos elevados, sem verem melhorias significativas no sistema de água, saneamento e resíduos.

Por estas razões, o Grupo Municipal do Partido CHEGA vai votar contra esta proposta.”

6.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Prestes a entrar no 8.º ano de gestão PS em Almada, somos chamados a apreciar a proposta de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2025.

O desejável seria que após a discussão e o contributo das várias forças políticas, se chegasse a um projeto de documento de Opções do Plano, que logo que aprovado fosse escrupulosamente levado à prática no próximo ano pela Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquilo a que vimos assistindo ano após ano, nestes dois mandatos com o PS na Câmara Municipal de Almada, é o oposto de tudo isto.

Estes documentos, não incorporam praticamente, nenhum contributo da principal força de oposição em Almada, apesar do contributo que por escrito e em reunião com a Senhora Presidente da Câmara Municipal a CDU apresentou.

Estes documentos, não dão aos diferentes agentes económicos do Concelho, Empresas, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações Culturais Recreativas e Desportivas, qualquer sinal estável da estratégia que a Câmara Municipal, do seu Concelho, tem para lhes apresentar e que os possa motivar a intervir e a investir no Concelho. Estes documentos não têm qualquer rigor técnico, não espelham qualquer estratégia de intervenção económica e social, capaz de melhorar o bem-estar e as condições de vida da população do nosso Concelho, em particular os mais jovens, os mais idosos e os mais desfavorecidos. Estes documentos são meros folhetos de propaganda onde nada do que ali se diz constitui para esta Câmara Municipal um compromisso de honra com os seus munícipes.

Desta vez, para a mentir ter maior alcance, a Senhora Presidente decidiu condensar em alguns minutos de vídeo, que espalhou pelas redes sociais, um conjunto de promessas retiradas das Opções do Plano e Orçamento para 2025, que ela sabe que não vai executar, ou porque nem sequer tem ainda projeto, ou porque tem projeto não lançou ainda a obra, ou porque tendo conseguido lançar a obra se tudo correr bem, e raras são estas as situações, não será no próximo ano que elas serão concluídas.

Estes documentos, iniciado o ano de 2025, são imediatamente mandados, as malvas, tal como fizeram nos anos anteriores.

Mas o que é que vos leva a ser tão cáusticos com a gestão PS em Almada, dirão alguns daqueles que não têm essa perceção da ação da Câmara Municipal? Respondemos nós a estas naturais interrogações, que estes sete anos de gestão PS tiveram sempre um dominador comum, muitas e muitas promessas deste executivo municipal, sem qualquer correspondência na resolução dos problemas da população e em obra executada.

O caso do Centro de Bem-estar Animal, aqui trazido hoje, é um exemplo elucidativo.

Convidamos aliás, os nossos munícipes a indicarem quantas obras foram iniciadas e concluídas por este executivo municipal, nestes últimos sete anos do PS em Almada. É reconhecidamente um exercício muito difícil, aquele que vos estamos a propor pela escassez de repostas. Aquilo a que assistimos no corrente ano, é um bom exemplo do que afirmamos.

Apesar de ultrapassados os problemas do COVID, 2024 é um dos piores anos deste atual executivo municipal. No ano passado, por esta altura do ano, aprovaram o orçamento para 2024, com uma despesa efetiva de 183.500.000.00€ (cento e oitenta e três milhões e quinhentos mil euros), dos quais, 54.500.000.00€ (cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil euros) eram investimentos. Estamos no final de 2024, e qual é a execução? A despesa efetiva total, é neste momento de 126.000.000.00€ (cento e vinte e seis milhões de euros) e o investimento executado fica-se pelos 15.400.000.00€ (quinze milhões e quatrocentos mil euros). Ou seja, o nível de execução global, é de apenas 69%, menos 57.500.000.00€ (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil euros) do que o orçamentado. Destaca-se largamente nesta não execução da despesa municipal, a fraca execução do investimento prometido pelo Município, quando no ano passado aprovou com o apoio do PSD, o orçamento para 2024. São menos 39.000.000.00€ (trinta e nove milhões de euros) do que aquilo que prometeu, executaram apenas até agora, 28,2%.

Sem sermos exaustivos, necessitaríamos de horas para o fazer, apresentamos apenas alguns exemplos do que prometeram fazer e o pouco que fizeram.

À imagem dos anos anteriores orçamentaram 22.900.000.00€ (vinte e dois milhões e novecentos mil euros) de investimento em habitação e investiram apenas 5.200.000.00€ (cinco milhões e duzentos mil euros), 23%.

Ainda não foi em 2024 que o PS em Almada construiu o seu primeiro fogo de habitação social.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Orçamentaram para a aquisição, construção e conservação e reparação de edifícios municipais 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) executaram 611.000.00€ (seiscentos e onze mil euros), 15%.

Na área da execução orçamentaram 5.300.000.00€ (cinco milhões e trezentos mil euros) executaram até agora, 49,3% deste investimento.

Na área da ação social orçamentaram 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros), com as candidaturas das comunidades desfavorecidas da Caparica Trafaria e Costa da Caparica, e gastaram 31.000.00€ (trinta e um mil euros), 0,7%.

Na área do ordenamento do território orçamentaram 4.100.000.00€ (quatro milhões e cem mil euros), investiram apenas 707.000.00€ (setecentos e sete mil euros), 17,3%.

Na área da proteção do meio ambiente e proteção da natureza, com um investimento orçamentado de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) investiram 957.000.00€ (novecentos e cinquenta e sete mil euros), 23,4%.

Na área da remoção de resíduos e limpeza pública, orçamentaram investir 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) investiram 826.000.00€ (oitocentos e vinte e seis mil euros), o nível de investimento executado e orçamentado, são neste caso, bem o exemplo do estado deplorável em que se encontra a limpeza pública neste Concelho. Note-se que neste caso, a Câmara Municipal deveria explicar aos munícipes deste Concelho, porque carga de água, tendo visto aprovada há alguns anos, uma candidatura ao POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, no montante superior a 2.800.000.00€ (dois milhões e oitocentos mil euros), para implementação de recolha de bio-resíduos e com base no qual foram já adquiridas várias viaturas, equipamentos e doze mil contentores, tudo já ao serviço do Município e tudo com financiamento já obtido do POSEUR, a recolha dos bio-resíduos nunca mais avança. Entregaram este papelinho em muitas casas deste Concelho, disseram para as pessoas telefonarem para irem lá buscar os bio-resíduos, até hoje, até hoje isto não funciona. Gostava de ter uma explicação sobre isto. Porque isto é grave, isto é usar Fundos Comunitários para se financiar e não executar conforme o objetivo, conforme o compromisso que tomaram.

Na área do comércio e turismo, orçamentaram 1.100.000.00€ (um milhão e cem mil euros) de investimento e gastaram apenas 122.700.00€ (cento e vinte e dois mil e setecentos euros). Ninguém acredita, nem a Câmara Municipal, nem a Presidente da Câmara, que no próximo ano serão investidos 51.200.000.00€ (cinquenta e um milhões e duzentos mil euros) quando nos últimos sete anos, nem no melhor dos anos se investiu metade deste valor.

A nossa oposição frontal a este Plano de Atividades e Orçamento, justifica-se pela enorme incapacidade deste executivo, em executar aquilo que aprova, mas também, como tivemos a oportunidade de dizer na reunião com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, temos outras prioridades que a Câmara Municipal decidiu ignorar nas áreas da habitação, da educação, da cultura, da saúde, da mobilidade, da economia, do ambiente, e espaço público, do desporto, da juventude, do planeamento e ordenamento do território, do apoio ao Movimento Associativo e dos serviços públicos e dos SMAS.

A nossa oposição a este Plano de Atividades e Orçamento, justifica-se também, pela enorme insensibilidade social que a Câmara Municipal demonstra em relação aos munícipes deste Concelho, não apenas em relação aqueles que aqui vivendo todo o seu dia a dia, mas também em relação aqueles que todos os dias se deslocam para a Margem Norte para trabalhar.

As obras do alargamento do IC20, da responsabilidade da Concessionária Baixo-Tejo, só se estão a realizar porque tiveram a concordância desta Câmara Municipal, é bom que se diga e não vale a pena sacudirem a água do capote, especialidade em que são peritos, têm transformado a vida daqueles que todos os dias atravessam para a outra Margem e até mesmo daqueles que necessitam de atravessar o Concelho, qualquer que seja a hora do dia, num verdadeiro inferno. Ainda estão por contabilizar o número de acidentes, que sucederam no troço em obras e nas vias adjacentes, desde que as obras foram iniciadas, sem que nada de substancial seja feito para o evitar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Enchem a boca todos os dias com a defesa do ambiente, mas depois autorizam e até incentivam o alargamento do IC20, para que mais carros por ali circulem e os níveis de poluição cresçam exponencialmente, sabendo tão bem como nós, que em nenhuma parte do mundo o problema da mobilidade nas Grandes Áreas Metropolitanas, se resolveu multiplicando as faixas de rodagem das estradas que a servem.

Mudemos de assunto e falemos da política fiscal municipal. Também ela não serve para atenuar o desequilíbrio da distribuição do rendimento entre os agregados familiares do Concelho, antes contribui para o seu agravamento. Esta Câmara Municipal devolve anualmente em benefício fiscal por conta do IRS mais de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) a uma pequena parte dos seus agregados familiares, é caso para dizer, dá a alguns poucos o que tira a todos. Este valor que devolve a alguns, é hoje mais elevado do que aquilo que investe em educação, em cultura, em limpeza urbana, em proteção do ambiente. Almada é hoje o terceiro Concelho da Área Metropolitana de Lisboa e Porto, com maior valor de IMI cobrado Per Capita, logo a seguir a Lisboa e Cascais. É dos Concelhos com valores mais elevados em taxas urbanísticas, é dos Concelhos em que mais tempo se demora a obter licenciamentos para a construção. Almada de acordo com os dados divulgados pela ERSAR, é o Concelho da Península de Setúbal onde os munícipes mais pagam pelo consumo da água. A água em Almada é cerca de 15% mais cara no nosso Concelho, do que em média nos restantes Concelhos da Península. Como se tudo isso não fosse já preocupante, somos também o Concelho onde são as maiores perdas de água na rede e onde menos se investe na sua renovação.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, num período em que estão a ser disponibilizados ao nosso país para intervenções muito específicas e num prazo relativamente curto, montantes financeiros muito consideráveis, é extremamente grave que por incapacidade deste executivo, essa oportunidade venha a ser perdida e a situação de degradação de infraestruturas e equipamentos e a falta de habitação, em especial para os mais jovens e mais carenciados, não seja de vez resolvida.

Temos dito que estes documentos orçamentais para 2025, se caracterizam pelo seu irrealismo, mas também neste caso, pela insensibilidade social das suas propostas acompanhadas aqui e ali por muita hipocrisia, não há outra de denominar aqueles que no momento as famílias portuguesas e em particular os almadenses, continuam a suportar níveis de inflação anual nos principais bens e serviços, do seu cabaz de compras familiar ainda bastante elevada e em que os seus salários pouco crescem ou ficam congelados, aquilo que têm a oferecer à esmagadora maioria dos seus munícipes, são aumentos das tabelas, taxas, tarifas e preços a praticar pela Câmara Municipal. Esta Câmara em vez de ajudar os seus munícipes nos momentos mais difíceis, pelo contrário, só lhes dificulta, só lhes atrapalha a vida, só contribui com toda esta insensibilidade social para que a sua vida seja ainda pior.

Quando tomamos conhecimento que esta Câmara Municipal, à imagem dos anos anteriores decidiu desembolsar tanto ou mais, num programa “Almada Feliz” que está neste momento a decorrer no Centro da nossa Cidade durante pouco mais de 15 dias, do que os apoios concedidos durante um ano ao Movimento Associativo Concelhio, ficamos elucidados quais são os seus verdadeiros objetivos.

Temo-lo dito e reafirmamo-lo, a população de Almada e em especial a população trabalhadora e mais desfavorecida, merecem mais, muito mais do que aquilo que atual maioria PS lhes tem proporcionado. No poder ou na oposição, bater-nos-emos sempre para que a população do nosso Concelho, em especial a mais desfavorecida, veja os seus interesses e as suas necessidades respeitadas pela Câmara Municipal, algo que nos últimos anos, apesar das muitas promessas feitas, foi completamente ignorado por este executivo municipal.”

6.4.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sete anos de governação PS/PSD, muitos projetos, muitas promessas, muitos anúncios, que infelizmente na sua maioria não passaram apenas disso;

Projetos dormentes, promessas que não se cumprem, anúncios de pura retórica eleitoralista;

Sete anos em que divergimos sobre as políticas adotadas pelo executivo que a Senhora Presidente lidera;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sete anos ao longo dos quais o Bloco de Esquerda foi apresentando propostas de alteração, na sua grande maioria rejeitadas, outras parcialmente aprovadas e arrastadas de forma a inviabilizar a sua concretização. Propostas que apresentamos desde o início da sua governação neste Concelho e que acabam por ser recusadas, mesmo quando a Câmara Municipal sabe que são boas e por isso decide propô-las, por sua iniciativa, como é o caso da taxa turística.

Divergimos sobre política fiscal, como por exemplo na Derrama.

Quanto a nós uma opção política errada, irresponsável e que em nada beneficia o município e a população Almadense.

O executivo decide baixar este imposto que recai unicamente sobre as empresas que apresentem lucros, sem estudo ou previsão do efeito do impacto na receita, com a promessa de que isso traria investimento e emprego.

Ano após ano bancada do Bloco de Esquerda, tem solicitado ao executivo em várias Sessões desta Assembleia Municipal, que nos facultasse alguma informação, que nos permitam perceber qual o impacto económico no Concelho, quantas empresas investiram e se estabeleceram no Concelho e quantos empregos foram criados, que justifiquem a redução deste imposto.

A verdade é que não temos qualquer indicação que nos permita perceber o impacto no tecido laboral e económico no município, o que sabemos é que Almada tem a Derrama mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa, o que assistimos foi a uma contínua quebra de receita na Derrama (com uma estimativa de perda de mais de um milhão de euros em 2022).

E ano após ano, o Executivo foge às explicações, não consegue justificar as consequências das suas próprias escolhas políticas.

Divergimos sobre o IMI, desde o início do mandato que pedimos a redução também recusada ao longo dos anos. A redução deste imposto seria quanto a nós, tendo em conta até a grave crise habitacional no Concelho, uma forma de aliviar o peso da carga suportada pelas famílias que residem em Almada.

Fomos ao longo dos anos alertando para a crescente crise no sector da habitação, alertando para a necessidade de travar o crescimento da especulação imobiliária, e o brutal aumento, quer no preço de vendas de casas, quer no arrendamento, apresentámos propostas nesse sentido, repetidamente recusadas pelo executivo PS/PSD, como por exemplo, reserva de 25% dos fogos a custos controlados no licenciamento de novos empreendimentos, programas municipais de apoio ao arrendamento e ao arrendamento jovem, ampliação do parque habitacional autárquico com a construção de novos fogos, sendo esta uma forma de aumentar a oferta pública e combater a especulação, a reabilitação de todo edificado municipal, propostas sobre as questões fiscais acima referidas, implementação do Regulamento Municipal de Alojamento Local, a Taxa Turística apresentada agora em reunião de Câmara, aplicação de cláusulas anti precariedade, a integração na Câmara Municipal de Almada dos refeitórios escolares e outros serviços municipais concessionados a privados, a gratuidade dos transportes para todos os jovens em idade escolar, propostas relacionadas com as carreiras dos trabalhadores da WEMOB, propostas sobre o suplemento de penosidade e insalubridade, o reforço das equipas de higiene urbana, propostas sobre apoios à cultura, à criação teatral e à mostra de teatro, alargamento de ciclovias, oferta do flexibus, propostas sobre o regulamento e tarifas de estacionamento, garantias de acessibilidade a pessoas com deficiência, orçamento após orçamento este executivo pouco ou nada fez para dar resposta à crise da habitação, à emergência climática e foi parco em soluções para minorar as dificuldades nos serviços públicos municipais.

Recusamo-nos, a compreender as baixas taxas de execução no investimento municipal, para além das divergências sobre quais as prioridades para investimento.

O Orçamento hoje em discussão é fraquinho, é um orçamento para os últimos meses que vos restam á frente desta autarquia, que nada traz de novo.



É o fim do período de sete longos anos de governação PS/PSD, é um ciclo que se encerra de uma governação com opções políticas que nos separam, não vemos por isso nenhuma razão que o nosso voto seja diferente dos anos anteriores.

Não podemos nem queremos ser cúmplices de um executivo que não só falha na implementação de medidas essenciais, como também falha em apresentar uma visão clara para o futuro de Almada.

Mas falemos sobre o documento em questão e em discussão.

Esta é apenas e não só a confirmação do que tem sido feito desde a sua eleição para presidir esta Autarquia, mais um orçamento de promessas e desilusões que revela uma falta de ambição crónica e uma evidente incapacidade deste executivo para resolver os problemas que Almada enfrenta.

E é sobretudo, quanto a nós, um orçamento que tem como principal objetivo manter o executivo em funções e o município a funcionar até 2026.

O investimento total nos Almadenses e em Almada cai 8,5%, ou seja, mais de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) do que o originalmente orçamentado para 2024.

O investimento no parque escolar cai 3.800.000.00€ (três milhões e oitocentos mil euros), o que se traduz numa quebra de 48%.

O investimento na aquisição de habitação para posterior colocação no mercado de arrendamento social, cai 100%, mais de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) que deixou sequer de ser previsto para resolver o grave problema de habitação que as os Almadenses enfrentam.

O investimento em recuperação do parque habitacional camarário cai mais de 48%, ou seja quase 3.000.000.00€ (três milhões de euros) que as famílias mais carenciadas deste Concelho, sem recursos para fazer obras nas casas que lhes foram atribuídas. Vão ter que se aguentar sabe-se lá durante em casas muitas delas sem um mínimo de condições de habitabilidade. Não obstante todas as derrapagens, toda uma incompetência sobretudo política, para usufruir e aproveitar os fundos do PRR, receitas de capital para 2025 serão perto de 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) abaixo do que o orçamentado originalmente para 2024.

Menos 300.000.00€ (trezentos mil euros) para a cultura. Aliás, a Cultura deixa mesmo de constar nas verbas previstas em sede de PRR:

Mas este orçamento é também ele revelador da visão que este executivo tem para Almada. Os Almadenses, para além de cidadãos, para além de indivíduos, indivíduos, que contribuem para o desenvolvimento do nosso território, são fontes de financiamento para que a máquina camarária possa funcionar.

As receitas provenientes do IMI irão subir quase 6%, ou seja, mais de 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros) suportados pelos munícipes.

As receitas das rendas crescem 5,5%, mais 189.000.00€ (cento e oitenta e nove mil euros) em 2024 suportados pelos almadenses.

As receitas da habitação crescem mais de 14,4%, são cerca de 120.000.00€ (cento e vinte mil euros) do que em 2024, suportados cêntimo a cêntimo, pelas famílias que enfrentam mais dificuldades no nosso município, pelos tecidos mais frágeis das nossas comunidades e é aqui que entra a maior hipocrisia deste orçamento.

- Não consegue dar resposta a uma classe média desgastada por anos de inflação alta e taxas de juro agiotas;
- Não consegue dar resposta aos jovens que procuram a sua primeira habitação no nosso município;
- Não consegue dar resposta à população sénior que se vê confrontada com aumentos imorais nas rendas que os senhorios lhes impõem;
- Não consegue concretizar um plano de habitação municipal, mesmo com acesso a fundos inimagináveis para fazer obra;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Não consegue fazer a gestão do seu parque habitacional, deixando-o deteriorar-se ao longo dos anos aos olhos de todos.

Mas não tem qualquer tipo de problema de aumentar as receitas provenientes de habitação social, acima, muito acima da inflação prevista. Para alguns é a lei do mercado, para as famílias que serão confrontadas com esta realidade, é uma crueldade, é uma violência.

Mas este município encontrou uma solução, de curto prazo, tipo “penso rápido”, mas que fica muito bem aos olhos dos telespectadores e nos ouvidos de quem se satisfaz com o superficial. Um aumento de mais de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) em sede de PRR, para resposta social e mais 562.000.00€ (quinhentos e sessenta e dois mil euros) do que em 2024 para a ação social e respostas sociais. É incoerência total e apenas reflete a falta de visão que hoje assistimos a partir dos Paços de Concelho.

Iremos votar contra os três documentos apresentados.”

6.4.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não deixa de ser curioso em que, debatemos as taxas pouco ou nada se falou sobre elas, mas quando debatemos as ações é quando falam das taxas, assim de facto, também é um bocadinho difícil entender.

Realmente, é verdade, nós temos das Derramas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, é um facto, não haja dúvida sobre isso. E como isso comprova, ao contrário do que aqui foi dito, a receita até está a aumentar um bocado, mas não o suficiente. Mas também comprova que baixar totalmente a Derrama, não é isso que nos garante mais investimento, e, portanto, mais uma vez entre estes dois polos, o importante é manter uma posição de equilíbrio, sensatez, de rigor e de compromisso. E rigor é qualquer coisa que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu já desisti, porque eu não sei quem é que fornece os dados ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não sei que quadros é que ele está a ver, não há um montante que esteja certo, e em relação ao orçamento da Câmara Municipal, já desisti, porque eu sei que também nem pretende ter a verdade, pretende estar ali, gravar, divulgar o vídeo, com os dados todos errados, não se importa nada com isso. Mas ao menos Senhor Deputado José Lourenço, ao menos seja rigoroso até quando cita os Municípios da Área Metropolitana e nomeadamente, alguns dos seu Partido. Não sei se ouvi bem ou mal, dizerem que Almada tinha a taxa de IMI mais alta da Área Metropolitana de Lisboa, depois com uma nuance na relação do PIB Per Capita, são umas adaptações que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço faz. Sabe porque é que as faz? Porque não quer dizer a toda a gente, que por exemplo, a Capital do nosso Distrito de Setúbal, tem uma taxa de IMI a 0,37%, e já não há cá a recomposição das contas que venha justificar isso, acabei de o verificar. Acho que o orçamento de Setúbal também não passou, acho que uma das razões até era essa, 0,37%.

Portanto, em relação ao seu partido diz assim umas semiverdades, a da Área Metropolitana e PIB Per Capita, que é para ver se a coisa passa. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, com toda a franqueza, eu não sei se era assim que a CDU fazia os orçamentos de Almada, mas aqui as coisas são claras e transparentes, o que avança, avança, o que tem dificuldade, tem dificuldade, os contratempos quando existem, nós assumimos, e quando prometemos cumprimos. Deixe-me lhe dizer quantas vezes ouvimos o Senhor Deputado José Lourenço a referir a Maria Rosa Colaço nunca na vida vai avançar, os senhores não cumprem, os senhores não fazem. Pois é, tivemos que corrigir o péssimo projeto que os senhores lançaram, tivemos que enfrentar dois empreiteiros e vários projetistas e corrigir a quantidade de dinheiro e voltar a investir no dinheiro mal gasto que os senhores fizeram, num projeto cheio de erros, mas nada disso interessa, hoje em dia a escola lá está.

Quer outra obra que nós anunciamos e fizemos de imediato, para ficar na educação? A extensão da Carlos Gargaté, prometido, cumprido, lá está, e podia continuar, a 377, a Estrada Florestal, O Jardim Alberto Araújo, podíamos começar nesta listagem das obras, mas como começou a campanha, vamos lá Senhores Deputados, vamos lá, o Largo de Cacilhas, por exemplo, uma obra tão simples, mas aí já não há.

Já me alonguei mais do que pretendia com esta resposta, vou guardar algum tempo para as intervenções seguintes.”



6.4.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os dados que eu apresentei são simples, são os da Câmara Municipal, é o Plano Plurianual de Investimentos. Agora, isso dá algum trabalho, é preciso fazer algumas folhas de Excel com isto. Eu não vou oferecer porque é um bom trabalho para a Senhora Presidente e os seus adjuntos fazerem. Está no PPI, basta verem o PPI, os cálculos estão todos. Está o executado, está o orçamentado inicial e está o executado, está tudo. São dados da Câmara Municipal. Que a Câmara disponibiliza e que nós naturalmente utilizamos. São esses os dados.

Em relação à questão do IMI. O IMI Per Capita, é muito simples e não tem nada a ver com taxas. O IMI, há uma receita de IMI que os Municípios têm, vem no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Está a receita de IMI, temos a população de cada Concelho, calculamos o IMI Per Capita, é um indicador como outro qualquer, é um indicador que é utilizado na maior parte das situações. O que é completamente diferente estarem a dizerem quem é que tem a taxa mais alta ou que não tem, porque é obvio, que o IMI tem a ver com o valor dos imóveis. Onde é que os imóveis são mais caros? Em Almada. Independentemente de os munícipes terem ou não terem mais capacidade. É obvio que as receitas são mais elevadas, são mais elevadas para Concelhos com a mesma dimensão, o IMI Per Capita é um indicador que é utilizado em todo o lado. Aqui em Almada ainda não foi com esta Senhora Presidente. Mas nós com cuidado vamos ajudando-a e ela vai conseguir perceber como é que se calcula o IMI Per Capita. Os outros dados são retirados dos elementos que nos são facilitados com a apresentação deste documento, estão lá todos, dão algum trabalho é só isso.”

6.4.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (IND)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria aqui de fazer alguma reflexão em relação aquilo que estamos hoje a discutir.

Não gostaria de começar hoje a pré-campanha eleitoral, até porque acho que não é o local para se começar isso e para se debater isso, mas gostaria aqui de tecer algumas palavras em relação ao território que eu presido enquanto Autarca e Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

A discussão deste orçamento, obviamente que se reveste de uma grande importância para a concretização de projetos estruturais para o nosso Concelho. Enquanto Autarca e Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, não posso deixar de apoiar este orçamento, um orçamento que permite a realização de um Centro de Saúde na Costa da Caparica, assim como a concretização do Agroparque e já irei depois falar sobre o Agroparque e a importância que lá tem para o setor primário da Costa da Caparica, permite melhorar as acessibilidades e a materialização da tão difícil concretização da Rua do Juncal, mas não só isto. E a responsabilidade de todos nós que aqui estamos enquanto Autarcas, é de trabalharmos em prole de uma população que nos elegeram, e como tal, eu não posso enquanto Autarca responsável pela Costa da Caparica, não posso deixar de pedir que todos nós sejamos responsáveis.

Os melhoramentos de acesso às praias são fundamentais para a Costa da Caparica como sabem. O ordenamento do território e mitigação daquilo que é o território mais frágil do Concelho, o Agroparque, e muscular ou desenvolver aquilo que é o setor primário da Costa da Caparica, tanto na agricultura, como na pesca, é fundamental. Não só para capacitar os agricultores e os pescadores, como também para poderem concorrer a Fundos Comunitários, para poderem ter um melhor uso dos solos, já que estamos a falar de alterações climáticas, ter um melhor uso dos solos, poderem perceber os tempos e os timings de concretização das suas agriculturas, das pescas, enfim, também das reservas que é preciso fazer em relação aquilo que é o viveiro do Rio Tejo, mas eu não vou falar muito mais sobre o Agroparque, porque eu penso que todos vós devem perceber aquilo que é a importância do Agroparque para a Costa da Caparica.

Dizer também, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, que este orçamento não se resume apenas a investimentos. Este orçamento é assunção de responsabilidade e os compromissos assumidos por todos nós, os compromissos assumidos junto da Europa, estamos numa fase decisiva da execução do PRR e se não avançarmos com estes projetos em devido tempo, dificilmente teremos uma nova oportunidade para avançar, pelo menos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

com esta capacidade de apoios financeiros, não vou voltar a falar do Centro de Saúde da Costa da Caparica, um desejo de há longos anos, aliás, ainda do tempo da CDU na governação desta Câmara Municipal, um desejo de há longo anos e que finalmente irá ser cumprido no ano de 2026, para já não falar do Centro de Saúde do Laranjeiro Feijo, que não me compete a mim, tenho pena que não esteja cá o meu amigo e camarada Luís Palma para falar sobre isso.

De qualquer maneira, é importante lembrar que se este orçamento ficar comprometido, podem ficar comprometidos também, muitos milhões de euros de apoios do PRR. É importante lembrar que este orçamento se for comprometido ficará também comprometido o próprio desenvolvimento do Concelho, ficará comprometido também o bem-estar da população da Costa da Caparica, e eu cá estarei para em tempo útil dizer à população da Costa da Caparica, a irresponsabilidade que é chumbar este orçamento. Em nome da Costa da Caparica e em prole do seu desenvolvimento, é fundamental dar luz verde a um orçamento que irá beneficiar não só a Costa da Caparica, como irá beneficiar todos os municípios e nomeadamente, a população da Costa da Caparica."

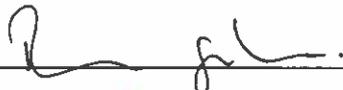
7 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Clube Recreativo do Feijó, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a segunda Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Terceira Reunião, prevista para 20 de dezembro de 2024, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, dos/as Senhores/as Vereadores/ Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Filipe Pacheco (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta municípios. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ 

O 1.º SECRETÁRIO _____ 

A 2.ª SECRETÁRIA _____ 